



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 – Empresa do Sistema Petrobras

Ministério de Minas e Energia



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2010





Ministério de Minas e Energia



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2010

A Petrobras Distribuidora S.A. – BR, líder no mercado de distribuição de combustíveis, com ampla atuação em todo o país, no cumprimento das prescrições legais e estatutárias, apresenta o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2010 foi marcado por uma conquista inédita para a BR, a superação da “barreira” dos 4 bilhões de litros comercializados mensalmente. Estabelecemos novos recordes de vendas e chegamos ao final de 2010 com ampliação de nossa liderança no mercado brasileiro de combustíveis, alcançando 38,8% de *market share* no ano, nossa maior participação de mercado de todos os tempos.

No campo da responsabilidade social, a BR ainda obteve outra conquista importante, o Selo Pró Equidade de Gênero. Concedido pelo Governo Federal, em parceria com a Unifem (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher) e a OIT (Organização Internacional do Trabalho), o Selo confere à companhia reputação positiva por oferecer as mesmas condições de ascensão profissional a todos os seus empregados.

A BR não para no tempo, sempre buscando inovação e qualidade para fidelização de nossos clientes, sem descuidar do meio ambiente. Prova disso é o início da comercialização do óleo combustível aditivado Add Cleaner (combustível menos poluente), a apresentação de uma linha Lubrax totalmente repaginada, o lançamento do Centro Tecnológico de Lubrificação Automotiva Lubrax + e da linha BR Aviation Care, além da disponibilização de tecnologias sustentáveis nos postos de serviço, como o aquecimento solar da água de lavagem dos veículos para redução de detergentes no Lavamania.

Sempre preocupada em atuar de forma ética e transparente, segundo os preceitos de governança corporativa do Sistema Petrobras, a BR torna públicos seus resultados.

José Lima da Andrade Neto
Presidente da Petrobras Distribuidora

PERFIL

A BR foi criada no dia 12 de novembro de 1971, como subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. É uma sociedade anônima de capital fechado que atua na comercialização e distribuição de derivados de petróleo, gás natural, etanol e biocombustíveis para todo o Brasil.

Os propósitos, a razão de ser e os compromissos essenciais da BR estão definidos em sua **Missão**, base de sua construção estratégica: “Distribuir, industrializar e comercializar derivados de petróleo e seus correlatos com competitividade, rentabilidade e responsabilidade social e ambiental.”

As ações e negócios da BR se orientam pelos seguintes **Valores**, que são compartilhados por todos na Companhia: Orgulho de ser Petrobras, Desenvolvimento Sustentável, Integração, Resultados, Pontidão para Mudanças, Empreendedorismo e Inovação, Ética e Transparência, Respeito à Vida, Diversidade Humana e Cultural, Pessoas.

A BR, por meio de duas grandes áreas comerciais, atua no Mercado de Rede de Postos de Serviços e no Mercado Consumidor. O Mercado de Rede de Postos compreende a revenda de combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, gás natural veicular e biocombustíveis, além da comercialização de produtos de conveniência e prestação de serviços agregados, nos postos de serviço e nas lojas de conveniência. Esse Mercado tem como clientes: Postos Revendedores e Franqueados. Por sua vez, o Mercado Consumidor compreende a comercialização “por atacado” de combustíveis, lubrificantes, produtos especiais, asfaltos e emulsões e energia e tem como clientes: indústrias, grandes estabelecimentos comerciais ou de serviços, empresas aéreas e aviação executiva, governos, empresas de transporte, Petrobras, Setor Agrícola, Transportadores Revendedores Retailistas (TRRs), entre outros.

- Os principais produtos comercializados pela BR podem ser classificados como:
- Combustíveis Claros: gasolinas (comum, aditivada e premium), óleos diesel (comum, biodiesel, marítimo, aditivado e parafínico), querosene de aviação - QAV, etanol hidratado e gasolina de aviação.
 - Combustíveis Escuros: óleos combustíveis e coque de petróleo.
 - Óleos e Graxas Lubrificantes: automotivos, industriais, marítimos, ferroviários, aviação.
 - Gás Natural: industrial e veicular (GNV e GNC).
 - Outros Produtos: asfalto, solventes, querosene, fluidos especiais, parafinas e produtos de supply house.

Com o intuito de atrair e obter fidelidade, a BR procura agregar valor aos seus produtos, oferecendo soluções/serviços às necessidades de seus clientes, parceiros e fornecedores. Os principais serviços prestados diretamente pela BR ou desenvolvidos pela BR e colocados à disposição dos consumidores são: Cartão Petrobras, CTF (Controle Total de Frotas), Lubrax Center, Lubrax+, Serviços de Conveniência BR Mania, Programa “De Olho no Combustível”, BR Aviation Center, BR Aviation Card, CAIS (Central Avançada de Inspeção e Serviços), Serviços Asfálticos, Geração de Energia no Horário de Ponta, Eficiência Energética, Climatização, Lavamania, Análises de Lubrificantes, Siga Bem, BR Aviation Club, Serviços de Cogeração e Geração Dedicada, entre outros.

Presente em todo o território nacional, a BR chegou ao final de 2010 com uma rede de 7.306 postos de serviço, dos quais 756 são próprios, 6.539 de revendedores e 11 são postos escola. A infraestrutura logística, que se constitui um importante diferencial competitivo para a empresa, é composta por 80 terminais e bases, perfazendo uma tanchagem total própria de 1,5 milhão de m². Presente em mais de 100 aeroportos, a Companhia conta ainda com uma fábrica de lubrificantes, 25 depósitos de lubrificantes e 6 depósitos de produtos químicos, 8 fábricas de asfalto e 8 Centrais Avançadas de Inspeção e Serviços.

No Mercado de distribuição de GLP, a BR atua através da Liquigás Distribuidora S.A., empresa em que possui 100% do capital social e que foi adquirida em 2004. No mercado de comercialização de asfalto, a BR possui 100% da Ipiranga Asfaltos S.A., empresa adquirida através da aquisição de parte dos ativos da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga realizada em 2007.

A BR detém, ainda, participação societária na CDGN – Companhia Distribuidora de Gás Natural (49%), Sefagel S.A. (49%), EBL – Companhia de Eficiência Energética S.A. (33%) e Brasil Supply (10%). Em 2010, a Companhia adquiriu 49% de participação na Brasil Carbonos S.A., cujo objeto social é a construção e/ou operação de plantas de armazenagem e beneficiamento de coque verde de petróleo.

GOVERNANÇA CORPORATIVA E ORGANIZAÇÃO GERAL

Na estrutura geral de organização da BR, o Conselho de Administração é o órgão de orientação e direção superior da Companhia, competindo-lhe fixar a orientação geral dos seus negócios definindo sua missão e seus objetivos, estratégias e diretrizes. A Diretoria Executiva funciona como órgão colegiado e exerce a gestão dos negócios da Companhia de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

A BR conta ainda com um Conselho Fiscal, de caráter permanente, que compõe-se de até 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária. Compete a esse conselho fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, opinar sobre o relatório anual da administração, examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar, entre outras.

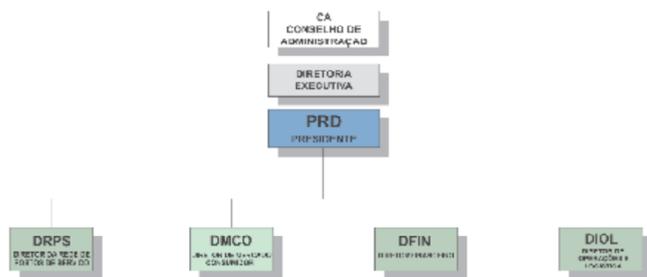
A estrutura geral é composta das unidades organizacionais diretamente vinculadas à Diretoria Executiva, além da Auditoria Interna e Ouvidoria, vinculadas ao Conselho de Administração e integrantes da área de contato do Presidente. O Presidente é responsável pela direção e coordenação dos trabalhos da Diretoria Executiva e pela gestão das funções corporativas da Companhia.

Conforme artigo 9º do Estatuto Social da BR, o Conselho de Administração da Companhia é composto pelos mesmos membros do Conselho de Administração da controladora (Petrobras), observadas as exceções previstas no Decreto nº 2.988, de 12 de março de 1999.

O Conselho de Administração da BR aprovou a Estrutura Organizacional da Companhia e o Plano Básico de Organização, conforme Ata BR 594, item 1, de 20/06/2008 - Pauta nº 09.

O artigo 20, item I, do Estatuto Social, conforme ata publicada no DOU, de 05 de junho de 2009, Ano XXXV, nº 099, Parte V, estabelece que compete privativamente ao Conselho de Administração deliberar sobre o Plano Básico de Organização. Compete à Diretoria Executiva aprovar a Estrutura básica dos órgãos da Companhia e suas respectivas Normas de Organização.

A estrutura geral de organização da BR é assim configurada:



A Diretoria da Rede de Postos de Serviço (DRPS) é responsável por conduzir e obter os melhores resultados relativos aos negócios realizados com a Rede Automotiva atendida pela BR, utilizando sua área de contato.

A Diretoria de Mercado Consumidor (DMCO) é responsável por conduzir e obter os melhores resultados através da gestão integrada das Gerências Executivas Comerciais de sua área de contato que compõem o denominado mercado consumidor da BR.

A Diretoria de Operações e Logística (DIOL) é responsável pela gestão integrada das atividades relativas à cadeia de Suprimento, Logística, Operações, Área Industrial, Serviços compartilhados da BR e Engenharia, Saúde, Meio-ambiente e Segurança.

E, a Diretoria Financeira (DFIN) com a responsabilidade pelas atividades de Finanças e Tecnologia da Informação, concentrando esforços na gestão dos recursos financeiros da Companhia.

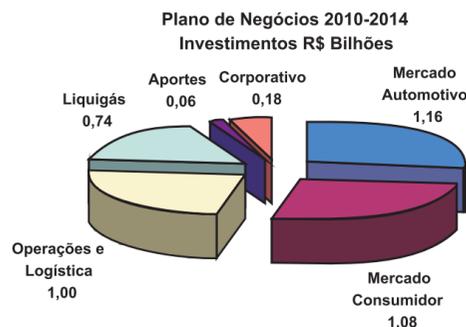
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A BR norteia a gestão de seus negócios apoiada em um Plano Estratégico e em um Plano de Negócios, aprovados por seu Conselho de Administração e alinhados aos da Petrobras, porém com foco no ambiente da Distribuição.

Dentro do processo de revisão do Planejamento Estratégico 2020 ocorrido em 2010, foi definida uma nova Visão 2020, baseada nos novos cenários definidos para o ambiente de negócios da BR, bem como novas Estratégias de atuação da BR no mercado de Distribuição nacional. Sua Visão é “Ser líder no mercado nacional de distribuição de derivados de petróleo e biocombustíveis, integrada na cadeia logística e a preferida pelos nossos públicos de interesse.”

O Plano de Negócios é parte integrante do Plano Estratégico BR 2020, correspondendo ao seu detalhamento quantitativo para os próximos 5 anos, onde são definidos os resultados esperados e os recursos necessários para a implementação das diretrizes estratégicas definidas.

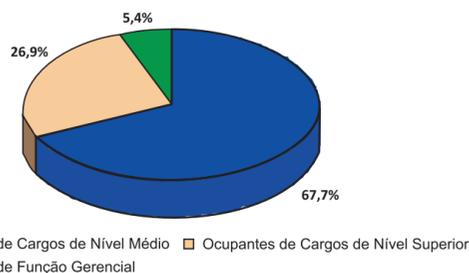
Para efetivar metas desenvolvidas no Plano de Negócios 2010-2014, a BR deverá investir, de forma direta ou através de suas controladas e coligadas, no horizonte de 2010-2014, o valor de R\$ 4,22 bilhões com a seguinte distribuição:



RECURSOS HUMANOS

A BR encerrou o ano de 2010 com 4.410 empregados, representando um crescimento de 1,59% em relação a 2009. Esse acréscimo é decorrente de 180 admissões originadas de concurso público e 111 desligamentos. O índice de rotatividade (*turnover*) foi de 3,3% no ano, apresentando redução em relação ao ano anterior em função de um menor número de ingressos em 2010 quando comparado ao ano anterior. Em 2009 houve maior número de admissões originadas de concurso público, além da transferência de vínculo empregatício de alguns empregados da Liquigás Distribuidora e da incorporação de empregados da Alvo Distribuidora, que passaram a fazer parte do quadro de empregados da BR.

Empregados por Posição Ocupada



A Assistência Médica Supletiva (AMS), plano de assistência à saúde dos empregados, aposentados e pensionistas da BR e seus respectivos dependentes, deu cobertura a 18.149 beneficiários em 2010, que contam com uma rede credenciada em torno de 30.000 profissionais, divididos em pessoa física e jurídica em todo Brasil. A preocupação da BR com a saúde e qualidade de vida de seus empregados e dependentes se expressa também através dos programas desenvolvidos, como o Programa Alimentação Saudável; Campanha de Vacinação Antigripal; Programa de Apoio à Gestante e Aleitamento Materno – GESTAL; Saúde da Mulher; Programa de Atenção ao Uso, Abuso e Dependência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas; Preparo para a Aposentadoria (PPA); entre outros.

Visando a manutenção da qualidade de vida dos empregados da BR, a Companhia oferece plano de previdência privada para suplementação aos benefícios concedidos pelo INSS. O plano, que é administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros, oferece aos empregados participantes e seus beneficiários uma série de vantagens, como suplementação da aposentadoria por invalidez, por idade, por tempo de serviço, suplementação da aposentadoria especial e do auxílio-doença, além de suplementação da pensão e pecúlio por morte do participante.

No intuito de contribuir com o alcance das metas e objetivos estratégicos da Companhia, foram investidos R\$ 7,5 milhões em treinamento e desenvolvimento, beneficiando 2.608 empregados. O número total de horas de treinamento apresentou crescimento de 41,4%, chegando a 169.091 horas em 2010.

Na gestão de pessoal, a BR utiliza três importantes ferramentas: o Gerenciamento de Desempenho de Pessoal (GDP), o Gerenciamento de Desempenho de Líder (GDL) e a Pesquisa de Ambiente Organizacional. O desempenho dos empregados é medido por meio do Gerenciamento de Desempenho de Pessoal (GDP), com foco nas metas e competências individuais. Já os titulares de função gerencial têm seu desempenho avaliado por meio do Gerenciamento de Desempenho de Líder (GDL), que considera a visão de pares, clientes internos, empregados, além da auto-avaliação e a do gerente imediato.

Anualmente, os empregados têm a oportunidade de mostrar a sua opinião sobre diversos aspectos do trabalho na BR, por meio da Pesquisa de Ambiente Organizacional. A pesquisa realizada em 2010, contou com a participação de 83,4% dos empregados e gerou o Plano Corporativo de Melhorias de Ambiente, além dos planos setoriais. O Nível de Comprometimento do Empregado (NCE) e Nível de Comprometimento com a Responsabilidade Social (NCRS) se mantiveram no mesmo patamar da pesquisa de 2009, com 80% e 88%, respectivamente. O Índice de Satisfação do Empregado (ISE) alcançou 78%, apresentando crescimento em relação ao resultado obtido em 2009 (77%).

AMBIENTE DO MERCADO DE DISTRIBUIÇÃO

O mercado de Distribuição apresentou um crescimento significativo de 9,0% em 2010, contra os 2,0% observados no ano anterior. Ambos os mercados, revenda e consumo, apresentaram crescimento vigoroso, na ordem de 8,3% e 10,6%, respectivamente. Este desempenho foi impulsionado pelo comportamento da economia brasileira, que apresentou forte retomada do crescimento econômico, caracterizado pelo crescimento da atividade industrial e recorde da safra de grãos, além da combinação do aumento de renda da população, de oferta de crédito e de investimentos governamentais e do exterior. O crescimento foi superior ao PIB do país, refletindo uma recuperação dos efeitos da crise econômica mundial iniciada em 2008.

A Gasolina foi o produto que apresentou maior crescimento, com 17,5%, principalmente em função do etanol hidratado, que não apresentou preço vantajoso em relação à gasolina em muitos Estados, na maior parte do ano. Já os combustíveis de aviação (QAV e GAV) apresentaram uma variação de 16,3%, como resultado do aumento de 23,5% da demanda por vôos domésticos.

O aumento significativo de 11,8% nas vendas de diesel, implicou na maior necessidade de importação deste produto para suprir a demanda interna. Tanto o mercado revendedor como o consumidor apresentaram forte crescimento nas vendas deste produto, de 11,1% e 12,7%, respectivamente. No início de 2010, a inclusão obrigatória de biodiesel ao diesel mineral passou para 5%, antecipando a meta programada para 2013 do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. A comercialização do diesel S-50 (menos poluente com menor teor de enxofre) foi expandida para frotas cativas de ônibus urbanos de Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e região metropolitana de São Paulo, além da continuidade do programa de substituição do diesel S1800 pelo S500 em diversos municípios.

Por outro lado, foi verificada a queda de consumo de 9,2% no etanol hidratado e 4,2% nos óleos combustíveis. A queda observada nos óleos combustíveis está ligada à migração de determinados consumidores finais para o gás natural.

Apesar da queda do etanol hidratado, o volume de combustíveis do Ciclo OTTO (gasolina, GNV e etanol hidratado) cresceu de forma expressiva, em gasolina equivalente, representando um aumento de 8,2% em relação ao ano anterior.

Por fim, cabe ressaltar a mudança na denominação do álcool hidratado para etanol, que passou a ser obrigatória nos postos a partir de setembro de 2010, conforme portaria da ANP.

continuação



Ministério de Minas e Energia



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

DESEMPENHO COMERCIAL

A BR manteve sua liderança no mercado brasileiro de combustíveis em 2010, com *market share* anual de 38,8%, superando em 0,8 p.p. a marca de 2009. O volume comercializado é 10,6% superior às vendas do ano anterior, totalizando 46,3 milhões m³. O expressivo crescimento nas vendas do óleo diesel (13,3%), gasolina (19,7%), combustíveis de aviação (20,7%), gás natural canalizado (57,7%) e asfaltos (33,1%) foi determinante para o alcance deste resultado.

No mercado de Revenda, a BR alcançou 30,9% de *market share* acumulado ao longo do ano, 0,9 p.p. acima do ano de 2009. Do mesmo modo, no mercado Consumidor o *market share* alcançado em 2010 foi de 56,1%, o que representa um aumento de 0,4 p.p. em relação à marca do ano anterior.

A BR superou em agosto de 2010, pela primeira vez, a "barreira" dos 4 bilhões de litros comercializados, com 4,127 bilhões (ou 4.127 mil m³), estabelecendo um novo recorde mensal de vendas. Encerrou 2010 estabelecendo outro recorde de vendas, em dezembro, quando a Companhia comercializou 4,149 bilhões de litros (ou 4.149 mil m³), volume 7,8% maior que no mesmo mês de 2009.

Na busca contínua pela qualidade e excelência no atendimento de seus clientes, no mercado cada vez mais competitivo de distribuição, a BR lançou em Porto Alegre o primeiro centro de lubrificação automotiva Lubrax + do país, encerrando 2010 com 33 unidades. O Lubrax + possui ambiente moderno, especializado, limpo e agradável, onde são realizadas trocas de óleos, filtros e outros serviços automotivos com tecnologia Petrobras. Ele conta com um sistema automatizado que possui informações técnicas de mais de 20.000 modelos de veículos nacionais e importados de todas as marcas. Outro diferencial do Lubrax + está em sua expansão, que se dará através de um sistema de franquia, representando garantia de um padrão de qualidade dos produtos oferecidos. Ao final de 2010, a BR possuía cerca de 1.300 Lubrax Center instalados em sua rede de postos em todo o Brasil e pretende convertê-los no novo modelo de franquia em um prazo de cinco anos.

Foi dada continuidade ao Plano Integrado de Marketing (PIM), implantado na rede de postos da BR em 2009. Em sua segunda edição, o PIM manteve seus objetivos principais: a fidelização dos consumidores e o aumento das vendas. Foram realizadas três ações promocionais, "Sou Brasileiro Sou Campeão", "Combustível Premiado", e "Seu sonho se Encontra Aqui". Esta última foi a maior ação de comunicação da BR no ano, envolvendo aproximadamente 5.800 postos e 600 lojas BR Mania participantes do PIM e mais de 1,5 milhão de consumidores.

A BR inaugurou dois centros de prestação de serviços para os clientes da aviação executiva, o BR Aviation Center, localizados no aeroporto de Bacacheri no Paraná e no aeroporto de Bonito, no Mato Grosso do Sul, totalizando 10 unidades ao final de 2010. Após quatro anos de pesquisa, desenvolvimento e pré-testes de campo, foi lançada a BR Aviation Care, linha de produtos para limpeza, conservação e cuidados especiais específica para aeronaves desenvolvida em parceria com a líder global em tecnologia de silicone, Dow Corning. A linha é composta por 20 produtos desenvolvidos a partir de testes junto a mecânicos, pilotos, proprietários de aeronaves e de hangares.

A BR promoveu, ainda, a revitalização da marca de lubrificantes Lubrax. O objetivo é definir uma estratégia única para a linha, adotando um posicionamento claro e consistente para todos os mercados de atuação da Companhia. A remodelagem na linha Lubrax traz ao consumidor uma linha de produtos mais compreensível, mantendo sua garantia de origem, tecnologia e modernidade.

O esforço da BR para manter a confiança do consumidor e seu compromisso com a ética e a qualidade na comercialização de seus produtos e serviços é demonstrado nas ações do Programa De Olho no Combustível. Através deste programa, a BR está constantemente verificando a qualidade dos combustíveis comercializados nos seus postos e se os procedimentos gerais exigidos pela Companhia estão sendo seguidos nesses estabelecimentos. Em 2010, cerca de 25 mil visitas técnicas foram realizadas em postos de serviços e clientes consumidores, sendo visitados em média 1.800 postos por mês. Foram realizadas 55 inspeções em postos dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Tocantins, Brasília, Goiânia, Pernambuco, Bahia, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Ao final de 2010, 6.617 postos estavam certificados.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A receita operacional líquida da BR atingiu R\$ 63.008 milhões, o que representa um crescimento de 14,5% sobre o ano anterior, superando as vendas físicas, que apresentaram crescimento de 10,6%.

O lucro bruto atingiu R\$ 4.906 milhões, 12,0% superior ao de 2009. A redução de 0,2 p.p. na margem bruta foi causada pelo aumento de 14,7% no custo dos produtos vendidos, ligeiramente superior ao crescimento apresentado pela receita operacional líquida.

O lucro operacional apresentou uma redução de 3,2%, chegando a R\$ 2.135 milhões em 2010, em função do aumento de outras despesas operacionais e redução do resultado financeiro líquido. O aumento de outras despesas operacionais é resultante, em grande parte, do reconhecimento de perdas e contingências com processos judiciais em nível superior ao apresentado em 2009. O resultado financeiro líquido foi impactado pela redução da receita financeira com FIDC e outras receitas financeiras que tiveram volume superior em 2009 em função de alguns acordos celebrados com clientes. Adicionalmente, as despesas financeiras apresentaram aumento pelo reconhecimento de multas e juros sobre autos de infração e comissões bancárias em volume superior ao ano anterior. Com isso, a margem operacional foi 0,6 p.p. menor em relação ao ano anterior.

O EBITDA alcançou R\$ 2.018 milhões, mostrando um pequeno aumento de 0,1% comparativamente ao ano anterior. Quanto ao lucro líquido, foi 3,3% inferior ao obtido em 2009, atingindo R\$ 1,41 bilhão no ano.

No quadro-resumo abaixo pode ser observada a evolução da receita e do lucro no último exercício, em relação ao ano anterior.

Indicadores Financeiros (R\$ milhões)	2010	2009	%
Receita Operacional Líquida	63.008	55.046	14,5%
Lucro Bruto	4.906	4.381	12,0%
Margem Bruta	7,8%	8,0%	-0,2 p.p.
Lucro Operacional	2.135	2.206	-3,2%
Margem Operacional	3,4%	4,0%	-0,6 p.p.
EBITDA	2.018	2.016	0,1%
Lucro Líquido	1.406	1.453	-3,3%

INVESTIMENTOS

Alinhados à estratégia de liderar o mercado brasileiro de distribuição de derivados de petróleo e biocombustíveis, crescendo a participação no mercado e ampliando a capacidade logística para atender, de forma otimizada, ao crescimento dos diversos mercados, foram realizados investimentos diretos da ordem de R\$ 672,7 milhões pela BR, o que representa um crescimento de 32,2% sobre o valor do ano anterior.



Para ampliação e melhoria da capacidade logística e operacional da BR, foram destinados R\$ 239,1 milhões, aplicados nos diversos Terminais e Bases espalhados pelo Brasil, como também na Fábrica e Depósitos de Lubrificantes. Os investimentos foram direcionados à automação, construção e reforma de tanques e de plataformas de recebimento e expedição de produtos, adequação aos novos tipos de diesel de baixo teor de enxofre e à crescente movimentação de biocombustíveis, construção de cais flutuantes, entre outras melhorias operacionais. Estes investimentos possibilitaram, ainda, a revitalização da marca de lubrificante Lubrax, realizada no ano, com o desenvolvimento das novas embalagens e adaptação das linhas de envase. Adicionalmente, foram aplicados recursos para início do projeto de ampliação e modernização da Fábrica de Lubrificantes.

Foram investidos R\$ 234,1 milhões na manutenção e modernização da Rede de Postos de Serviços, contribuindo para valorização da marca Petrobras. Os recursos foram destinados aos Postos de Terceiros, Postos Próprios já pertencentes à rede e postos-escola, através da aquisição e instalação de equipamentos, obras civis, elementos de imagem, além de investimentos em automação, visando ampliar a agregação de valor à rede de postos de serviços, através do incremento na oferta de serviços de conveniência. Destaca-se a continuidade do processo de adequação de imagem e manifestação visual dos postos oriundo da aquisição da Alvo Distribuidora, que, desde o início do processo em 2009, totaliza 610 migrações e adequações de imagem, além do início da implantação das instalações do Lubrax+, novo centro tecnológico de lubrificação automotiva.

No atendimento ao Mercado Consumidor, foram aplicados R\$ 159,5 milhões. Os recursos foram voltados à aquisição e instalação de equipamentos, além da execução de obras de construção e adequação nas unidades

dos clientes consumidores, que objetivam o aumento no volume de vendas da Companhia; obras em unidades operacionais de Aeroportos em que a BR atua, que resultaram em aumento da capacidade de tancagem, além de reformas e construção de UAAs (Unidade Abastecedora de Aeronaves); investimentos nos Depósitos de Supply House e nas Fábricas de Asfalto; projeto Controle Total de Frotas (CTF); projetos de Geração de Energia, relativos à Climatização e Geração na Ponta e na Rede de Gás Canalizado no Espírito Santo, concedida à Petrobras Distribuidora para distribuição de Gás Natural desde dezembro de 1993. Destaque para a inauguração da Rede de Distribuição de Gás Natural Canalizado de Cachoeiro do Itapemirim/ES, que possui uma extensão de 60 quilômetros de dutos com capacidade para transportar 600 mil m³/dia de gás natural, que serão destinados às indústrias, aos postos de combustíveis e estabelecimentos comerciais dos municípios capixabas.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A responsabilidade social e ambiental é um dos três focos de desempenho da estratégia corporativa BR, sendo contemplada também em sua missão. Para reforçar seu compromisso com a responsabilidade social, a BR adotou a Política de Responsabilidade Social, que define responsabilidade social como a forma de gestão integrada, ética e transparente dos negócios e atividades e das suas relações com todos os públicos de interesse, promovendo os direitos humanos e a cidadania, respeitando a diversidade humana e cultural, não permitindo a discriminação, o trabalho degradante, o trabalho infantil e escravo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a redução da desigualdade social.

Em 2010, a BR recebeu o Selo Pró-Equidade de Gênero, concedido pelo Governo Federal, em parceria com a Unifem (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher) e a OIT (Organização Internacional do Trabalho). O Censo de Gênero e Diversidade realizado com os empregados é uma das ações contidas no Plano de Ação do Programa Pró-Equidade de Gênero e realizada no ano.

Desde 2005 a Companhia é signatária do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo e mantém em todos os seus contratos cláusula que proíbe a utilização de trabalho degradante e infantil, além de não realizar comercialização com empresas integrantes do cadastro de empregadores autuados por exploração do trabalho escravo divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Por mais um ano, a BR promoveu campanha de apoio e divulgação do "Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças" e a Campanha "16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres", esta última em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres. Renovou o direito ao Selo "Empresa Amiga da Criança", concedido pela Fundação Abrinq, e disponibilizou mais de R\$ 3 milhões para políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes socialmente excluídos por meio do repasse aos Fundos para a Infância e Adolescência (FIAs).

O projeto Cidadão Capaz encerrou o ano com 15 postos adaptados e 30 trabalhadores com deficiência empregados. Mais dois postos de serviço foram integrados ao projeto, que promove a adaptação de postos Petrobras para dar condições de acessibilidade a pessoas com deficiência, promovendo sua inserção no mercado de trabalho.

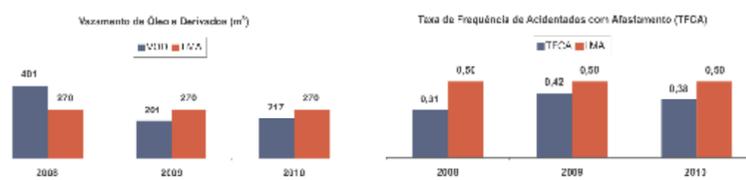
Foram realizadas diversas ações para promoção da responsabilidade social, como a inclusão de módulos sobre combate à violência contra as mulheres no programa "Capacidade Máxima", voltado aos profissionais da rede de postos e lojas de conveniência; realização da campanha "As Cores do Saber: a herança que nos faz iguais por meio do conhecimento - O legado afro-brasileiro redescoberto", em parceria com a Petrobras e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Sepir); continuidade dos projetos "Cinema BR em Movimento" para promoção da democratização do acesso a produções audiovisuais brasileiras e "Dançando para Não Dançar", que levou aulas de balé a jovens de baixa renda, possibilitando nova perspectiva de vida e formação profissional na área; além do projeto "Posto Escola", que prosseguiu com cursos de qualificação para profissionais de lubrificação, promotores de lojas de conveniência e profissionais de abastecimento em 11 postos de serviço.

Como princípio básico, todas as ações da BR são norteadas pela sua política em Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS). Para cumprimento dessa política, foram efetuados investimentos na ordem de R\$ 34,9 milhões para melhoria do sistema de proteção ambiental, segurança e prevenção de acidentes nas instalações operacionais - bases, terminais, depósitos, fábricas, aeroportos, além das instalações dos Clientes consumidores e dos Postos de Serviços.

A política de SMS adotada pela BR visa, além do permanente atendimento à legislação, a realização das melhores práticas do mercado de distribuição, sempre em alinhamento com a excelência em SMS do Sistema Petrobras e buscando a melhoria contínua dos indicadores de desempenho nesta área.

A BR realiza o Programa de Gestão de SMS, que visa atingir padrões internacionais em SMS, aprimorando a implementação das 15 Diretrizes Corporativas de SMS, com as seguintes iniciativas estratégicas: Gestão integrada de SMS; Eco-eficiência de operações e produtos; Prevenção de acidentes, incidentes e desvios; Saúde dos trabalhadores; Prontidão para situações de emergência - contingência; Minimização de riscos e passivos ainda existentes. A última medição da Fase 1 (2006 a 2010) deste programa ocorreu em Outubro de 2010, quando a BR obteve um Índice de Performance (IP) de 101,5 (95,1 % realizado contra 93,6 % previsto). Para o mesmo período, o IP do Sistema Petrobras alcançou 91,5 (86,6 % x 94,6 %).

Os principais indicadores de SMS alcançaram resultados satisfatórios em 2010, mantendo-se abaixo de seus respectivos Limites Máximos Admissíveis (LMAs), conforme abaixo:



Na busca pela excelência em Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), a BR estabeleceu como uma de suas metas a certificação de suas unidades de acordo com normas internacionais de gestão de SMS. Assim, ao final de 2010, a BR possuía 27 unidades certificadas na norma NBR ISO 14001:2004 - Gestão do Meio Ambiente e 25 unidades certificadas na norma OHSAS 18001:2007 - Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional. Essas certificações fazem parte do modelo de certificação única, sendo as auditorias externas realizadas pela certificadora Bureau Veritas Certification (BVC). Vale ressaltar que este modelo engloba ainda 29 unidades certificadas pela norma NBR ISO 9001:2008 - Gestão da Qualidade.

UNIDADE CERTIFICADA	ESCOPO DA CERTIFICAÇÃO
TERMINAIS (11 sites) TEFOR, TEVEL, TEPLAN, TEMAN, TEBRAS, TELIS, TEVIT, TEMAT, TESPA, TEBET, TELEM BASES (5 sites) BAJAJ, BAJOI, BAFLO, BAJUI, BAUNA POSTOS ESCOLA (3 sites) Salvador, Vitória, Contagem AEROPORTOS (4 sites) GASP, GARIO, GASAL, GABRA	NBR ISO 14001:2004 OHSAS 18001:2007 NBR ISO 9001:2008
TERMINAIS (3 sites) TENOAS, TECUB, TEDUC POSTOS ESCOLA (1 site) Natal	NBR ISO 14001:2004 NBR ISO 9001:2008
POSTOS ESCOLA (2 sites) Maracanã, Macaé	OHSAS 18001:2007 NBR ISO 9001:2008

Na auditoria é verificado se atendemos os requisitos exigidos pelas normas citadas acima, se seguimos os procedimentos da BR, se a legislação aplicável a nível nacional, estadual e municipal está sendo cumprida e se os registros previstos estão sendo gerados e controlados.

Vale destacar que, além das unidades mencionadas acima, são certificadas nas normas NBR ISO 14001:2004, OHSAS 18001:2007 e NBR ISO 9001:2008, sem fazer parte do modelo de certificação única, o TEVAP (Terminal do Vale do Paraíba) e a GEI (Gerência Industrial), perfazendo um total de 31 Unidades certificadas em toda a BR.

AGRADECIMENTOS

Finalizando, aproveitamos a oportunidade para registrar nossos agradecimentos aos nossos empregados e demais colaboradores, pelo comprometimento e dedicação. Aos nossos Revendedores, Clientes e Fornecedores agradecemos pelo apoio e confiança dispensados.

continuação



Ministério de Minas e Energia



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Consolidado			Controladora			Passivo Circulante	Nota	Consolidado			Controladora							
		2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009			2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009					
Circulante																				
Caixa e equivalentes de caixa	6	819.382	867.897	1.445.076	640.917	724.875	1.393.039	Financiamentos	16	13.025	4.233	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	7	4.485.955	4.054.075	3.564.407	4.280.400	3.862.159	3.419.240	Arrendamentos mercantis financeiros	17	30.636	29.896	15.736	30.479	28.708	13.381	30.479	28.708	13.381	30.479	28.708
Estoques	9	1.672.551	1.346.827	1.390.951	1.634.530	1.313.110	1.360.572	Fornecedores	18	2.400.852	1.967.130	1.989.637	2.272.319	1.895.646	1.914.423	2.272.319	1.895.646	1.914.423	2.272.319	1.895.646
Impostos e contribuições a recuperar	22.1	784.267	639.694	576.058	732.714	597.044	529.936	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	8.2	1.538.585	1.231.935	1.344.787	1.507.704	1.219.450	1.330.101	1.507.704	1.219.450	1.330.101	1.507.704	1.219.450
Despesas antecipadas		43.462	18.126	19.043	41.802	15.889	15.375	Outros		862.267	735.195	644.850	764.615	676.196	584.322	764.615	676.196	584.322	764.615	676.196
Adiantamento a fornecedores		180.616	196.510	129.777	176.822	191.930	129.777	Outras operações com a Controladora	8.2	101.184	94.545	93.287	100.707	94.545	93.287	100.707	94.545	93.287	100.707	94.545
Ativos mantidos para venda	10	3.800	-	-	3.800	-	-	Impostos e contribuições a recolher	22.2	419.802	375.659	306.393	390.126	346.045	294.117	390.126	346.045	294.117	390.126	346.045
Outros ativos circulantes		54.308	58.166	67.975	63.130	107.315	93.762	Dividendos propostos	25.4	333.854	347.144	302.150	333.854	347.144	302.150	333.854	347.144	302.150	333.854	347.144
		8.044.341	7.181.295	7.193.287	7.574.115	6.812.322	6.941.701	Plano de pensão	23	42.970	39.816	37.475	42.450	39.296	37.475	42.450	39.296	37.475	42.450	39.296
								Plano de saúde	23	36.637	31.764	28.231	29.739	25.642	23.348	29.739	25.642	23.348	29.739	25.642
								Salários, férias e encargos		151.352	135.510	114.232	123.447	110.946	88.191	123.447	110.946	88.191	123.447	110.946
								Provisão para processos judiciais	26	30.170	13.620	19.597	29.363	13.105	19.597	29.363	13.105	19.597	29.363	13.105
								Adiantamento de clientes	8.4	172.760	198.686	149.362	160.354	181.830	148.000	160.354	181.830	148.000	160.354	181.830
								Provisão para participações de empregados e administradores	24	105.804	91.283	70.800	103.000	87.482	70.800	103.000	87.482	70.800	103.000	87.482
								Outras contas e despesas a pagar		179.008	178.117	105.636	172.249	171.468	100.953	172.249	171.468	100.953	172.249	171.468
										4.018.054	3.507.403	3.232.536	3.788.087	3.341.857	3.105.722	3.788.087	3.341.857	3.105.722	3.788.087	3.341.857
Não circulante								Não Circulante												
Realizável a longo prazo								Financiamentos	16	21.727	22.372	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	7	918.377	1.014.207	618.006	888.016	983.284	613.033	Arrendamentos mercantis financeiros	17	151.050	155.222	67.927	151.050	155.106	66.743	151.050	155.106	66.743	151.050	155.106
Títulos e valores mobiliários	11	239.184	215.344	168.007	239.184	215.344	168.007	Outras operações com Empresas do Sistema	8.2	14.240	23.823	31.332	14.240	23.823	31.332	14.240	23.823	31.332	14.240	23.823
Depósitos judiciais	12	328.623	244.276	216.618	288.580	213.267	196.220	Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.3	129.472	82.687	27.003	98.498	68.217	25.791	98.498	68.217	25.791	98.498	68.217
Despesas antecipadas		123.875	102.487	85.086	131.814	102.458	84.962	Plano de pensão	23	150.623	136.825	134.670	148.943	135.813	134.670	148.943	135.813	134.670	148.943	135.813
Impostos e contribuições a recuperar	22.1	5.603	28.727	38.636	5.603	28.727	38.636	Plano de saúde	23	663.038	600.501	542.918	612.214	552.940	498.610	612.214	552.940	498.610	612.214	552.940
Impostos e contribuição social diferidos	22.3	464.741	436.861	371.091	415.458	387.361	324.852	Provisão para processos judiciais	26	170.754	169.747	145.905	114.564	124.046	105.074	114.564	124.046	105.074	114.564	124.046
Outros ativos realizáveis a longo prazo		38.261	27.111	36.813	32.970	23.233	34.949	Outras contas e despesas a pagar		50.524	55.742	1.756	46.920	52.910	-	46.920	52.910	-	46.920	52.910
		2.118.664	2.069.013	1.534.257	2.001.625	1.953.674	1.460.659			1.351.428	1.246.919	951.511	1.186.429	1.112.855	862.220	1.186.429	1.112.855	862.220	1.186.429	1.112.855
Investimentos	13	16.258	24.931	30.001	885.443	715.518	579.107	Patrimônio líquido												
Imobilizado	14	4.066.165	3.505.685	2.989.250	3.402.313	3.016.805	2.571.669	Capital social realizado		5.153.048	5.153.048	4.482.082	5.153.048	5.153.048	4.482.082	5.153.048	5.153.048	4.482.082	5.153.048	5.153.048
Intangível	15	374.353	349.363	310.714	361.316	331.532	287.257	Reservas de capital		53.993	53.993	53.993	53.993	53.993	53.993	53.993	53.993	53.993	53.993	53.993
Diferido		-	-	-	-	2.531	2.965	Reservas de lucros		4.020.232	3.155.343	3.027.139	4.020.232	3.157.052	3.029.096	4.020.232	3.157.052	3.029.096	4.020.232	3.157.052
		4.456.776	3.879.979	3.329.965	4.649.072	4.066.386	3.440.998	Ajuste de avaliação patrimonial		23.023	13.577	1.057	23.023	13.577	1.057	23.023	13.577	1.057	23.023	13.577
		14.619.781	13.130.287	12.057.509	14.224.812	12.832.382	11.843.358	Lucros acumulados		-	-	309.188	-	-	309.188	-	-	309.188	-	-
								Patrimônio líquido atribuível aos controladores		9.250.296	8.375.961	7.873.459	9.250.296	8.377.670	7.875.416	9.250.296	8.377.670	7.875.416	9.250.296	8.377.670
								Participação dos acionistas não controladores	25	3	4	3	-	-	-	-	-	-	-	-
								Patrimônio líquido total		9.250.299	8.375.965	7.873.462	9.250.296	8.377.670	7.875.416	9.250.299	8.375.965	7.873.462	9.250.296	8.377.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto pelo lucro por lote de mil ações)

Nota	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Receita	66.067.410	58.609.850	63.007.750	55.045.731
Custo dos produtos e serviços vendidos	(60.284.556)	(53.393.573)	(58.101.455)	(50.664.309)
Lucro bruto	5.782.854	5.216.277	4.906.295	4.381.422
Receitas (despesas) operacionais				
Vendas	(2.963.483)	(2.668.726)	(2.422.863)	(2.157.557)
Gerais e administrativas	(643.824)	(592.973)	(507.873)	(433.811)
Tributárias	(31.294)	(27.074)	(22.285)	(14.976)
Planos de pensão e saúde	(84.076)	(75.149)	(77.363)	(68.186)
Outras receitas (despesas) operacionais	(4.483)	150.004	(20.182)	136.183
	(3.727.160)	(3.213.918)	(3.050.566)	(2.538.347)
Resultado antes das receitas(despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	2.055.694	2.002.359	1.855.729	1.843.075
Financeiras				
Despesas	(116.597)	(91.793)	(110.907)	(86.659)
Receitas	424.439	509.879	378.841	435.445
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(34.235)	(47.623)	(24.656)	(4.650)
	273.607	370.463	243.278	344.136
Participações em subsidiárias e coligadas	2.803	1.139	139.460	105.846
Participações dos empregados e administradores	(119.504)	(101.145)	(103.000)	(87.482)
Lucro operacional antes da contribuição social, do imposto de renda, e da participação dos acionistas não controladores	2.212.600	2.272.816	2.135.467	2.205.575
Contribuição social	(216.916)	(221.657)	(196.519)	(202.843)
Imposto de renda	(588.277)	(597.591)	(533.249)	(549.676)
Lucro líquido	1.407.407	1.453.568	1.405.699	1.453.056
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores	1	(1)	-	-
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	1.407.408	1.453.567	1.405.699	1.453.056
Lucro líquido, básico e diluído, por lote de mil ações do capital social - R\$	32,80	33,91	32,80	33,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto pelo lucro por lote de mil ações)

Nota	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Lucro líquido antes das participações de acionistas não controladores	1.407.407	1.453.568	1.405.699	1.453.056
Ganhos a realizar sobre títulos disponíveis para venda	14.312	18.970	14.312	18.970
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.866)	(6.450)	(4.866)	(6.450)
Resultado abrangente do período	1.416.853	1.466.088	1.415.145	1.465.576
(-) Resultado abrangente atribuível às participações de acionistas não controladores	1	(1)	-	-
Resultado abrangente atribuível ao acionista	1.416.854	1.466.087	1.415.145	1.465.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

Atividade operacional

continuação



Ministério de Minas e Energia



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

	Consolidado								Total do patrimônio líquido	
	Capital social subscrito e integralizado	Reservas de capital	Reservas de lucros		Retenção de lucros	Dividendo Adicional Proposto	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial		Participação de acionistas não controladores
			Legal	Estatutária						
Em 1º de janeiro de 2009	4.482.082	53.993	342.513	115.749	2.381.212	187.665	309.188	1.057	3	7.873.462
Aumento de capital em 09 de abril de 2009	670.966	-	-	-	-	-	-	-	-	670.966
Ganhos não realizados em instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	12.520	-	12.520
Adoção inicial IFRS - CPC de controlada	-	-	-	-	-	-	258	-	-	258
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(1.100.000)	-	-	-	-	(1.100.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.453.567	-	1	1.453.568
Destinações:										
Apropriações em reservas	-	-	73.083	25.765	1.108.356	-	(1.207.204)	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(187.665)	(347.144)	-	-	(534.809)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	208.665	(208.665)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2009	5.153.048	53.993	415.596	141.514	2.389.568	208.665	-	13.577	4	8.375.965
Ganhos não realizados em instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	9.446	-	9.446
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.407.408	-	(1)	1.407.407
Destinações:										
Apropriações em reservas	-	-	70.285	25.765	851.112	-	(947.162)	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(208.665)	(333.854)	-	-	(542.519)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	126.392	(126.392)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2010	5.153.048	53.993	485.881	167.279	3.240.680	126.392	-	23.023	3	9.250.299

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	Controladora								Total do patrimônio líquido	
	Capital social subscrito e integralizado	Reservas de capital	Reservas de lucros		Retenção de lucros	Dividendo Adicional Proposto	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial		
			Legal	Estatutária						
Em 1º de janeiro de 2009	4.482.082	53.993	342.513	115.749	2.383.169	187.665	309.188	1.057	7.875.416	
Aumento de capital em 09 de abril de 2009	670.966	-	-	-	-	-	-	-	670.966	
Ganhos não realizados em instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	12.520	12.520	
Adoção inicial IFRS - CPC de controlada	-	-	-	-	-	-	521	-	521	
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(1.100.000)	-	-	-	(1.100.000)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.453.056	-	1.453.056	
Destinações:										
Apropriações em reservas	-	-	73.083	25.765	1.108.108	-	(1.206.956)	-	-	
Dividendos	-	-	-	-	-	(187.665)	(347.144)	-	(534.809)	
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	208.665	(208.665)	-	-	
Em 31 de dezembro de 2009	5.153.048	53.993	415.596	141.514	2.391.277	208.665	-	13.577	8.377.670	
Ganhos não realizados em instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	9.446	9.446	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.405.699	-	1.405.699	
Destinações:										
Apropriações em reservas	-	-	70.285	25.765	849.403	-	(945.453)	-	-	
Dividendos	-	-	-	-	-	(208.665)	(333.854)	-	(542.519)	
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	126.392	(126.392)	-	-	
Em 31 de dezembro de 2010	5.153.048	53.993	485.881	167.279	3.240.680	126.392	-	23.023	9.250.296	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Receitas				
Vendas de produtos e serviços e outras receitas	80.975.240	71.803.016	77.364.972	67.553.760
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituição	(3.543)	(40.208)	(14.704)	(27.515)
Receitas relativas à construção de ativos para uso	402.424	318.423	366.678	292.858
	81.374.121	72.081.231	77.716.946	67.819.103
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais consumidos	47.491	72.074	-	-
Custo das mercadorias para revenda	60.226.173	53.320.976	58.045.223	50.622.373
Energia, serviços de terceiros e outros	2.827.628	2.368.583	2.488.701	2.008.291
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	3.746.978	3.261.025	3.455.712	2.938.607
	66.848.270	59.022.658	63.989.636	55.569.271
Valor adicionado bruto	14.525.851	13.058.573	13.727.310	12.249.832
Retenções				
Depreciação e amortização	338.178	328.965	283.194	255.347
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	14.187.673	12.729.608	13.444.116	11.994.485
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investimentos	2.803	1.139	151.600	125.495
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	437.470	494.433	398.989	455.976
Amortização de mais valia	-	-	(12.140)	(19.649)
Aluguéis e royalties	174.669	167.949	171.787	161.620
	614.942	663.521	710.236	723.442
Valor adicionado a distribuir	14.802.615	13.393.129	14.154.352	12.717.927
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e administradores				
Remuneração Direta				
Salários	708.987	663.259	542.680	506.110
Participações dos empregados e administradores nos lucros	119.504	101.145	103.000	87.482
Benefícios				
Vantagens	92.851	95.181	59.686	48.923
Plano de aposentadoria e pensão	75.891	17.234	73.919	15.013
Plano de saúde	134.401	61.898	111.853	53.253
FGTS	52.246	47.961	39.798	33.336
	1.183.880	986.678	930.936	744.117
Tributos				
Impostos, taxas e contribuições	11.965.918	10.761.629	11.623.299	10.311.326
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.219	(1.564)	(2.682)	(14.178)
	11.978.137	10.760.065	11.620.617	10.297.148
Instituições financeiras e fornecedores				
Juros, variações cambiais e monetárias	163.863	125.399	155.711	111.840
Despesas de aluguéis	69.328	67.419	41.389	111.766
	233.191	192.818	197.100	223.606
Acionistas				
Dividendos	333.854	347.144	333.854	347.144
Participação dos acionistas não controladores	(1)	1	-	-
Lucros retidos	1.073.554	1.106.423	1.071.845	1.105.912
	1.407.407	1.453.568	1.405.699	1.453.056
Valor adicionado distribuído	14.802.615	13.393.129	14.154.352	12.717.927

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

continua



continuação

Ministério de
Minas e Energia**Petrobras Distribuidora S.A.**

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CONSOLIDADAS E DA CONTROLADORA)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificamente mencionado)****1. Contexto operacional**

A Petrobras Distribuidora S.A. (Companhia), que utiliza a abreviatura BR, é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil constituída em 12 de novembro de 1971, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem por objeto, observados os preceitos legais, a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a exploração de lojas de conveniência em postos de serviços, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, de produtos químicos e de asfaltos, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados.

2. Apresentação das demonstrações contábeis**2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)**

As demonstrações contábeis consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações contábeis da controladora estão sendo apresentadas de acordo com o BR GAAP.

Na controladora essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações contábeis em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo e em função do ativo diferido em 2009 e no balanço de abertura.

Essas são as primeiras demonstrações consolidadas preparadas conforme as IFRS nas quais o CPC 37 foi aplicado.

A autorização para conclusão da elaboração destas demonstrações contábeis ocorreu na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 25 de fevereiro de 2011.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;
- os compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controle pelo valor justo; e
- o passivo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

Demonstrações contábeis de 2009

Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09 (MP 449/08), complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM até 31 de dezembro de 2008.

Conforme estabelecido na Deliberação CVM nº. 609/09 (CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), os padrões internacionais e os novos pronunciamentos emitidos pelo CPC em 2009 e 2010 foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009. Dessa forma, as demonstrações contábeis, originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais e os novos pronunciamentos contábeis.

A comparação dos balanços ajustados de 2009 e de 1º de janeiro de 2009, com a adoção dos IFRS e dos novos pronunciamentos contábeis com os balanços anteriormente divulgados, está evidenciada na nota 3.2.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade (IFRS) em 1º de janeiro de 2009, foram aplicadas exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retroativa do IFRS, conforme CPC 37, e estão apresentadas a seguir:

3.1. Transição das práticas contábeis**a. Benefícios pós-aposentadoria**

O saldo de ganhos atuariais não reconhecidos em 1º de janeiro de 2009, no montante de R\$308.344, foi registrado integralmente contra lucros acumulados na data de transição, adotando, assim, a isenção prevista no IFRS 1. Os ganhos ou perdas atuariais gerados após a data de transição serão reconhecidos no resultado.

b. Diferido

A Lei nº. 11.941/09 extinguiu o ativo diferido, permitindo a manutenção do saldo de 31 de dezembro de 2008, que continuaria sendo amortizado, em até 10 anos, sujeito ao teste de *impairment*, o que foi adotado pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais, em consonância com o estabelecido pelo CPC 43.

De acordo com os IFRS, os gastos pré-operacionais devem ser registrados como despesa, quando incorridos. Com a adoção dos IFRS, o saldo do ativo diferido registrado na data da transição, 1º de janeiro de 2009, no montante de R\$ 2.965, foi ajustado contra lucros acumulados, bem como o resultado do exercício de 2009 foi reapresentado para estornar os efeitos da amortização do ano anteriormente reconhecida.

c. Concessões de serviços públicos

A Companhia exerce o controle sobre a distribuição de gás natural do Estado do Espírito Santo. Esta atividade é exercida em regime de concessão e se enquadra nos requerimentos do ICPC 01 - Contratos de Concessão. Consequentemente, os direitos que vinham sendo apresentados como parte do ativo imobilizado, no montante de R\$54.448, foram reclassificados para ativo intangível na data da transição e passaram a ser amortizados pelo prazo remanescente da concessão, que se expira em 2043.

d. Dividendos

A Companhia reconhecia a totalidade dos dividendos propostos em conta do passivo circulante conforme previsto no Art. 202 da Lei nº. 6.404/76. A partir de 2009 e com o objetivo de atender ao conceito de obrigação presente que consta do item 8 do ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas a parcela do dividendo mínimo obrigatório, que se caracteriza efetivamente como uma obrigação legal, foi registrada no passivo. A parcela da proposta dos órgãos da administração à Assembleia Geral Ordinária de acionistas excedente ao mínimo obrigatório foi mantida no patrimônio líquido, em conta específica de dividendo adicional proposto, até sua aprovação.

e. Reclassificações

As seguintes reclassificações foram realizadas com o objetivo de adequar a forma de apresentação das demonstrações contábeis da Companhia aos requerimentos dos CPCs e IFRS:

- Adiantamentos a fornecedores, que eram apresentados como parte dos estoques, foram reclassificados para grupo de adiantamentos, no ativo circulante;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos anteriormente classificados no ativo e passivo circulantes, foram reclassificados para o ativo e passivo não circulantes;
- Participação dos acionistas não controladores, anteriormente apresentada no passivo, foi reclassificada para o patrimônio líquido; e
- Participações de empregados e administradores estão apresentadas após participações em subsidiárias e coligadas. Anteriormente eram apresentadas após o imposto de renda e contribuição social.

3.2. Comparação entre as demonstrações contábeis ajustadas aos IFRS e aquelas anteriormente divulgadas**3.2.1. Balanços patrimoniais consolidados**

Ativo	Consolidado			
	31/12/2009		01/01/2009	
	Conforme divulgado	Ajustado aos IFRS	Conforme divulgado	Ajustado aos IFRS
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	867.897	867.897	1.445.076	1.445.076
Contas a receber	4.054.075	4.054.075	3.564.407	3.564.407
Estoques	1.542.631	1.346.827	1.517.172	1.390.951
Impostos e contribuições a recuperar	639.694	639.694	576.058	576.058
Impostos e contribuição social diferidos	121.177	-	118.197	-
Despesas antecipadas	18.126	18.126	19.043	19.043
Adiantamento a Fornecedores	-	196.510	-	129.777
Outros ativos circulantes	58.166	58.166	67.975	67.975
	7.301.766	7.181.295	7.307.928	7.193.287
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Contas a receber	1.014.207	1.014.207	618.006	618.006
Títulos e valores mobiliários	215.344	215.344	168.007	168.007
Depósitos judiciais	244.276	244.276	216.618	216.618
Despesas antecipadas	102.487	102.487	85.086	85.086
Impostos e contribuições a recuperar	28.727	28.727	38.636	38.636
Impostos e contribuição social diferidos	313.960	436.861	251.042	371.091
Outros ativos realizáveis a longo prazo	27.111	27.111	36.813	36.813
	1.946.112	2.069.013	1.414.208	1.534.257
Investimentos	24.931	24.931	30.001	30.001
Imobilizado	3.586.412	3.505.685	3.047.254	2.989.250
Intangível	269.342	349.363	256.266	310.714
Diferido	2.589	-	2.965	-
	3.883.274	3.879.979	3.336.486	3.329.965
	13.131.152	13.130.287	12.058.622	12.057.509

Passivo	Consolidado			
	31/12/2009		01/01/2009	
	Conforme divulgado	Ajustado aos IFRS	Conforme divulgado	Ajustado aos IFRS
Circulante				
Financiamentos	4.233	4.233	-	-
Arrendamentos mercantis financeiros	29.896	29.896	15.736	15.736
Fornecedores	1.967.130	1.967.130	1.989.637	1.989.637
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	1.231.935	1.231.935	1.344.787	1.344.787
Outros	735.195	735.195	644.850	644.850
Outras operações com a Controladora	94.545	94.545	93.287	93.287
Impostos e contribuições a recolher	375.659	375.659	306.393	306.393
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.903	-	776	-
Dividendos propostos	555.809	347.144	489.815	302.150
Plano de pensão	39.816	39.816	37.475	37.475
Plano de saúde	31.764	31.764	28.231	28.231
Salários, férias e encargos	135.510	135.510	114.232	114.232
Provisão para processos judiciais	13.620	13.620	19.597	19.597
Adiantamento de clientes	198.686	198.686	149.362	149.362
Provisão para participações de empregados e administradores	91.283	91.283	70.800	70.800
Outras contas e despesas a pagar	178.117	178.117	105.636	105.636
	3.717.971	3.507.403	3.420.977	3.232.536
Não Circulante				
Financiamentos	22.372	22.372	-	-
Arrendamentos mercantis financeiros	155.222	155.222	67.927	67.927
Outras operações com Empresas do Sistema	23.823	23.823	31.332	31.332
Imposto de renda e contribuição social diferidos	80.549	82.687	26.227	27.003
Plano de pensão	303.092	136.825	300.181	134.670
Plano de saúde	734.729	600.501	685.751	542.918
Provisão para processos judiciais	169.747	169.747	145.905	145.905
Outras contas e despesas a pagar	55.742	55.742	1.756	1.756
	1.545.276	1.246.919	1.259.079	951.511
Participação dos acionistas não controladores	4	4	3	3
Patrimônio líquido				
Capital social realizado	5.153.048	5.153.048	4.482.082	4.482.082
Reservas de capital	53.993	53.993	53.993	53.993
Reservas de lucros	2.647.283	3.155.343	2.841.431	3.027.139
Ajuste de avaliação patrimonial	13.577	13.577	1.057	1.057
Lucros acumulados	-	-	-	309.188
	7.867.901	8.375.961	7.378.563	7.873.459
	13.131.152	13.130.287	12.058.622	12.057.509

3.2.2. Reconciliação do patrimônio líquido consolidado

	31/12/2009	01/01/2009
Patrimônio líquido conforme divulgado	7.867.901	7.378.563
Benefícios pós-aposentadoria (*)	300.495	308.344
Dividendo adicional proposto	208.665	187.665
Amortização do ativo diferido (*)	(2.589)	(2.965)
Impostos diferidos (*)	1.489	1.852
Patrimônio líquido ajustado aos IFRS	8.375.961	7.873.459

(*) Reconhecidos em lucros acumulados

3.2.3. Demonstração do resultado consolidado

	Consolidado	
	31/12/2009	01/01/2009
	Conforme divulgado	Ajustado aos IFRS
Receitas	58.609.850	58.609.850
Custo dos produtos e serviços vendidos	(53.393.573)	(53.393.573)
Lucro bruto	5.216.277	5.216.277
Receitas (despesas) operacionais		
Vendas	(2.668.726)	(2.668.726)
Gerais e administrativas	(592.973)	(592.973)
Tributárias	(27.074)	(27.074)
Planos de pensão e saúde	(66.544)	(75.149)
Outras receitas operacionais, líquidas	149.493	150.004
	(3.205.824)	(3.213.918)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	2.010.453	2.002.359
Financeiras		
Despesas	(91.793)	(91.793)
Receitas	509.879	509.879
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(47.623)	(47.623)
	370.463	370.463
Participações em subsidiárias e coligadas		
Resultado de participações em investimentos	1.139	1.139
Participações dos empregados e administradores	(101.145)	(101.145)
Lucro operacional antes da contribuição social, do imposto de renda, e da participação dos acionistas não controladores	2.280.910	2.272.816
Contribuição social	(221.657)	(221.657)
Imposto de renda	(597.591)	(597.591)
Lucro antes da participação dos acionistas não controladores	1.461.662	1.453.568
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores	(1)	(1)
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	1.461.661	1.453.567

3.3. Efeitos da adoção dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC nas demonstrações contábeis individuais

	31/12/2009	01/01/2009
Patrimônio líquido conforme divulgado	7.867.901	7.378.563
Benefícios pós-aposentadoria	300.495	308.344
Dividendo adicional proposto	208.665	187.665
Impostos diferidos	609	844
Patrimônio líquido ajustado aos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC	8.377.670	7.875.416
Lucro líquido da controladora conforme divulgado	1.461.661	(8.605)
Benefícios pós-aposentadoria (custo do serviço passado)		
Lucro líquido da controladora ajustado aos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC	1.453.056	



continuação

Ministério de
Minas e Energia**Petrobras Distribuidora S.A.**

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CONSOLIDADAS E DA CONTROLADORA)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificamente mencionado)****3.4. Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do consolidado com o da controladora**

	Patrimônio líquido		Lucro líquido	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Consolidado - IFRS	9.250.299	8.375.965	1.407.407	1.453.568
Participação de acionistas não controladores	(3)	(4)	1	(1)
Atribuível aos acionistas da Petrobras Distribuidora S.A.	9.250.296	8.375.961	1.407.408	1.453.567
Ativo diferido	-	2.589	(2.589)	(511)
Impostos diferidos	-	(880)	880	-
Controladora, ajustado aos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC	9.250.296	8.377.670	1.405.699	1.453.056

As demonstrações consolidadas apresentadas foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e nas IFRS, sendo a única diferença o tratamento contábil aplicado ao ativo diferido até 31 de dezembro de 2009. A Companhia amortizou o saldo total do ativo diferido em 2010. Nas demonstrações consolidadas de 2009, a despesa de amortização do ativo diferido foi eliminada do resultado do exercício contra lucros acumulados.

3.5. Reconciliação do lucro líquido consolidado

	2009
Lucro líquido conforme divulgado	1.461.661
Benefício pós-aposentadoria	(8.605)
Ativo diferido	511
Lucro líquido ajustado aos IFRS	1.453.567

3.6. Fluxos de Caixa Consolidado

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2009	31/12/2009	31/12/2009	31/12/2009
Atividade operacional				
Lucro líquido do exercício	1.461.661	1.453.567	1.461.661	1.453.056
Ajustes para reconciliar o lucro líquido	563.454	560.093	346.650	343.800
Variação dos ativos e passivos	(155.231)	(143.776)	(277.605)	(266.150)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	1.869.884	1.869.884	1.530.706	1.530.706
Atividades de investimentos	(558.908)	(558.908)	(391.058)	(391.058)
Atividades de financiamentos	(1.888.155)	(1.888.155)	(1.807.812)	(1.807.812)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(577.179)	(577.179)	(668.164)	(668.164)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.445.076	1.445.076	1.393.039	1.393.039
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	867.897	867.897	724.875	724.875

4. Consolidado

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis internacionais e brasileiras, e são compostas pelas demonstrações contábeis da Petrobras Distribuidora S.A. e suas subsidiárias, controladas e controladas em conjunto, apresentadas como se segue:

	Participação no capital - %					
	2010		2009		01/01/2009	
	Subs-crito e integrado	Votante	Subs-crito e integrado	Votante	Subs-crito e integrado	Votante
Controladas						
Liquigás Distribuidora S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Fundo de Investimento Imobiliário FCM (FII)	99,01	99,01	99,01	99,01	99,01	99,01
IASA - Ipiranga Asfaltos S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	-	-
Controladas em conjunto						
EBL - Cia. de Eficiência Energética S.A.	33,00	33,00	33,00	33,00	33,00	33,00
SEFAGEL S.A.	49,00	49,00	49,00	49,00	49,00	49,00
CDGN - Cia. Distribuidora de Gás Natural (*)	49,00	49,00	10,00	10,00	10,00	10,00
Brasil Carbonos S.A.	49,00	49,00	-	-	-	-
(*) Coligada em 31/12/2009 e 01/01/2009						

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- das participações no capital e reservas mantidas entre elas;
- dos saldos de contas correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas;
- das parcelas de resultados do exercício, do ativo circulante e não circulante que correspondem a resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre as empresas.

Nas demonstrações contábeis da controladora as informações contábeis de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

5. Sumário das principais práticas contábeis**5.1. Alterações de estimativa contábil**

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto revisaram a vida útil econômica dos ativos imobilizados, tendo como base laudos de avaliadores externos, o que resultou nas seguintes modificações:

Tempo estimado de vida útil (Em anos)	Antigo		Novo	
	Subs-crito e integrado	Votante	Subs-crito e integrado	Votante
Edificações e benfeitorias	25	6 a 47	6 a 47	6 a 47
Equipamentos e outros bens	5 a 10	5 a 30	5 a 30	5 a 30
Distribuição - bombas	10	9	9	9
Distribuição - tanques	10	25	25	25

Os efeitos da alteração das estimativas de vida útil desses ativos foram reconhecidos a partir de 1º de janeiro de 2010, reduzindo a despesa de depreciação anual em R\$66.595 (R\$66.259 na controladora).

5.2. Moeda funcional

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº. 534.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

5.3. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use estimativas e julgamentos e adote premissas com relação à apresentação de ativos, passivos, receitas, despesas e as divulgações de passivos contingentes na data de encerramento do exercício.

Embora a Administração utilize premissas e julgamentos que são revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

5.4. Apuração do resultado

O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui: os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes, incluindo, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, bem como a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em limite considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

A receita de vendas é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das informações contábeis.

5.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

5.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de caixa e investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em numerário, com vencimento em três meses ou menos da data de aquisição.

5.7. Ajuste a valor presente (AVP)

A Companhia avalia o ajuste a valor presente na mensuração de seus ativos e passivos e não identificou efeitos relevantes sobre estes itens nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009. Conseqüentemente, nenhum ajuste a valor presente foi registrado.

5.8. Estoques

Os estoques estão demonstrados da seguinte forma:

- As matérias-primas, derivados de petróleo e álcool estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de compra e o valor realizável líquido;
- Os materiais e suprimentos estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede o de reposição.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

São incluídos os gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

5.9. Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes sobre os quais existe a expectativa de terem seus valores recuperados primariamente através de transação de venda em vez do uso contínuo, são classificados como ativos mantidos para venda. Essa condição é cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda na sua condição atual. A partir de então, os ativos são geralmente medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda. Intangíveis e imobilizados quando classificados como mantidos para venda não são amortizados ou depreciados.

5.10. Investimentos

Na controladora são avaliados pelo método da equivalência patrimonial os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas, nos quais a Administração tenha influência significativa, e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

As demonstrações contábeis de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que o controle ou o controle compartilhado se inicia até a data em que o controle ou o controle compartilhado deixa de existir.

5.11. Imobilizado

Os ativos estão demonstrados pelo custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens.

O custo de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

A Companhia fez a opção de não utilizar o custo atribuído para valorização do seu ativo imobilizado em função de que o seu imobilizado, tal como apresentado conforme as práticas contábeis anteriores (BR GAAP em vigor em 2009), já atendia de forma material os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27.

A Companhia entende que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos desde que haja indícios de alteração nas taxas praticadas e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente, como mudança de estimativas contábeis.

5.12. Ativos intangíveis

A Companhia apresenta em seu ativo intangível os gastos com direitos de concessões, ágio por expectativa de rentabilidade futura e softwares, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação.

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

A vida útil de um ativo intangível de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

O ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) resultante da aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis, conforme nota 15. O valor apurado na mensuração inicial é deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, se aplicáveis.

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

5.13. Redução ao valor recuperável - "Impairment"

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos intangíveis que têm uma vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável do ágio, o valor contábil da unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos. Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.



continuação

Ministério de
Minas e Energia**Petrobras Distribuidora S.A.**

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CONSOLIDADAS E DA CONTROLADORA)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificamente mencionado)****5.14. Arrendamentos mercantis financeiros**

A Companhia registra em seu ativo imobilizado, pelo valor justo, os direitos que tenham por objetos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia decorrentes de operações que transferiram os benefícios, riscos e controle destes bens, assim como sua obrigação correlata.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

5.15. Arrendamentos mercantis operacionais

Pagamentos efetuados sob um contrato sem transferência de benefícios, riscos e controles de bens são reconhecidos como despesas no resultado, pelo prazo do contrato.

5.16. Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para fins de proteção patrimonial com o objetivo de reduzir o risco de ocorrência de variações desfavoráveis que possam ocorrer com as moedas estrangeiras. Tais instrumentos são marcados a mercado com os ganhos ou perdas reconhecidos como receita ou despesa financeira, e reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, ao valor justo.

Não foram identificados contratos com características que indiquem a existência de derivativos embutidos.

5.17. Ativos financeiros não derivativos

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são aqueles para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em valores recuperáveis. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de seu vencimento poderia resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedir a Companhia de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

Caixas e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Correspondem aos investimentos da Companhia em títulos e valores mobiliários.

No reconhecimento inicial, a Companhia classifica tais títulos com base nas estratégias da Administração, sob as seguintes categorias:

- Os títulos disponíveis para venda são mensurados ao valor justo. Os juros e atualização monetária são registrados no resultado, quando incorridos, enquanto que as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, exceto reduções em valores recuperáveis, são registradas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

- Para a avaliação a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda são utilizados preços e índices divulgados pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (ANDIMA).

5.18. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e haja intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado.

5.19. Benefícios concedidos a empregados

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são provisionados, com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que é acumulada para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são incluídos ou excluídos, respectivamente, na determinação do compromisso atuarial líquido e são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos de acordo com o método corridor.

As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

5.20. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre recursos investidos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e atualizações monetárias sobre empréstimos e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

5.21. Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

5.22. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os outros ativos circulantes e não circulantes da Companhia estão representados por despesas antecipadas, adiantamentos a fornecedores e outros créditos mensurados ao custo de aquisição.

Outros passivos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando uma saída de recursos seja exigida em liquidação de uma obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará possa ser determinado em bases confiáveis. Os outros passivos da Companhia estão representados por salários, encargos trabalhistas, receita diferida e outras contas a pagar.

5.23. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente do grupo que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas.

Os segmentos operacionais da Companhia são representados pelas atividades de distribuição de combustível e derivados de petróleo e gás e energia.

O segmento de distribuição representa cerca de 99% da receita líquida do consolidado e 98% dos ativos imobilizados. Os demais segmentos são considerados não divulgáveis, portanto, a Companhia não apresenta informações por segmento.

5.24. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis conforme BRGAAP, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

5.25. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo essas:

- Limited exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters.
- Improvements to IFRS 2010.
- IFRS 9 Financial Instruments.
- Prepayment of a minimum fund requirement (Amendment to IFRIC 14).
- Amendments to IAS 32 Classification of rights issues.

A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas em suas demonstrações contábeis.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado			Controladora		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Caixa e bancos	352.414	265.842	171.266	338.419	250.494	160.138
Aplicações financeiras						
Fundos de investimento:						
Fundo em direitos creditórios						
- FIDC-NP	449.925	601.723	1.273.800	302.498	474.381	1.232.901
Fundos DI	97	98	-	-	-	-
Outros	16.946	234	10	-	-	-
Total das aplicações financeiras	466.968	602.055	1.273.810	302.498	474.381	1.232.901
Total de caixa e equivalentes de caixa	819.382	867.897	1.445.076	640.917	724.875	1.393.039

Os saldos das aplicações financeiras estão atualizados pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

A Companhia mantém recursos investidos no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras. Esse fundo de investimentos é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios "performados" e/ou "não performados" de operações realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras e visa à otimização da gestão financeira do caixa da Petrobras e suas subsidiárias.

7. Contas a receber

	Consolidado			Controladora		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Clientes						
Terceiros	2.784.888	2.968.897	2.635.468	2.523.751	2.712.989	2.470.616
Financiamentos a receber	1.409.450	1.198.108	1.018.806	1.409.450	1.193.640	1.005.716
Financiamentos ressarcíveis	955.000	839.721	778.990	955.000	835.253	765.900
Financiamentos condicionais	454.450	358.387	239.816	454.450	358.387	239.816
Partes relacionadas	1.174.251	922.644	561.395	1.175.323	924.871	556.367
Cobranças judiciais	1.130.857	1.070.204	1.019.822	1.130.857	1.070.204	1.028.320
Total das contas a receber	6.499.446	6.159.853	5.235.491	6.239.381	5.901.704	5.061.019
Menos: Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.095.114)	(1.091.571)	(1.053.078)	(1.070.965)	(1.056.261)	(1.028.746)
Contas a receber - líquidas	5.404.332	5.068.282	4.182.413	5.168.416	4.845.443	4.032.273
Contas a receber (circulante), líquidas	4.485.955	4.054.075	3.564.407	4.280.400	3.862.159	3.419.240
Contas a receber (não circulante), líquidas	918.377	1.014.207	618.006	888.016	983.284	613.033
Mutação da provisão para créditos de liquidação duvidosa						
Saldo em 1º de janeiro	1.091.571	1.053.078	1.027.981	1.056.261	1.028.746	1.003.775
Adições	103.162	135.161	101.194	100.424	116.134	98.271
Baixas	(99.619)	(96.668)	(76.097)	(85.720)	(88.619)	(73.300)
Saldo em 31 de dezembro (circulante)	1.095.114	1.091.571	1.053.078	1.070.965	1.056.261	1.028.746

Os financiamentos ressarcíveis a receber (Controladora), no montante de R\$955.000 (R\$835.253 em 2009), referem-se a financiamentos em espécie e em produtos concedidos a clientes, com garantias reais, avais ou fianças, com o objetivo principal de implantação ou modernização de postos de serviços, bem como o parcelamento de débitos vencidos.

Os encargos financeiros - correspondentes, principalmente, à variação do IGP-M ou Taxa Referencial, acrescidos de juros de 1% ao mês - e os prazos de amortização são estabelecidos com base em análises econômico-financeiras de cada negociação e pactuados em contratos.

Os financiamentos condicionais (Controladora), no montante de R\$454.450 (R\$358.387 em 2009), correspondem à parcela das operações de empréstimos em espécie e em produtos realizada sob condições estabelecidas nos instrumentos contratuais que, uma vez cumpridas pelos clientes, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas pela Companhia.

A Companhia reconhece em seu resultado as parcelas absorvíveis proporcionalmente aos prazos de vigência dos contratos, tendo sido registrado em despesas de vendas o montante de R\$146.649 (R\$111.111 em 2009).

Em 31 de dezembro de 2010, as contas a receber de clientes vencidas totalizam R\$1.499.289 (R\$1.423.004 na Controladora) das quais R\$1.095.114 (R\$1.070.965 na Controladora) encontram-se provisionadas para perdas no valor recuperável.

Contas a Receber	Consolidado		Saldo do contas a receber
	Sem Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	Com Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	
Partes relacionadas	1.174.251	-	1.174.251
A Vencer	3.825.906	-	3.825.906
Até 3 Meses	93.872	228	94.100
De 3 a 6 Meses	35.422	142	35.564
Mais de 6 Meses	274.881	1.094.744	1.369.625
Saldo Total	5.404.332	1.095.114	6.499.446



continuação

Ministério de
Minas e Energia**Petrobras Distribuidora S.A.**

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CONSOLIDADAS E DA CONTROLADORA)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificamente mencionado)**

Contas a Receber	Controladora		Saldo do contas a receber
	Sem Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	Com Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	
Partes relacionadas	1.175.323	-	1.175.323
A Vencer	3.641.054	-	3.641.054
Até 3 Meses	82.692	-	82.692
De 3 a 6 Meses	33.283	-	33.283
Mais de 6 Meses	236.064	1.070.965	1.307.029
Saldo Total	5.168.416	1.070.965	6.239.381

8. Partes relacionadas (Controladora)

As operações comerciais com as empresas do Sistema Petrobras são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As demais operações, principalmente empréstimos através de operações de mútuo, têm seu valor, rendimentos e/ou encargos estabelecidos com base nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto.

Os ativos e passivos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de operações entre a Companhia, sua Controladora (Petrobras) e demais empresas ligadas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações estão demonstradas a seguir:

8.1. Ativo

	Circulante		Não circulante		Total do Ativo
	Contas a receber, principalmente por vendas	Outras operações	Outras contas a receber (*)	Outras operações	
Empresas do setor elétrico..	756.318	-	-	-	756.318
Petrobras (*)	360.073	-	-	-	360.073
MSGAS	12.123	-	-	14.144	26.267
TERPAR	10.483	-	-	-	10.483
Braskem	6.232	-	-	-	6.232
CDGN	-	3.089	-	8.239	11.328
Outras	15.812	-	-	138	15.950
31/12/2010	1.161.041	3.089	-	22.521	1.186.651
31/12/2009	592.010	-	308.888	23.973	924.871
01/01/2009	392.942	-	132.302	31.123	556.367

(*) As operações com a Controladora referem-se às movimentações financeiras pactuadas com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, destinadas, principalmente, à liquidação de operações de compra e venda de produtos.

8.2. Passivo

	Circulante		Não circulante		Total do passivo
	Fornecedores, principalmente por compras de derivados de petróleo	Dividendos propostos	Outras contas a pagar	Outras contas a pagar	
Petrobras	1.507.704	333.854	100.707	14.240	1.956.505
REFAP	85.273	-	-	-	85.273
Outras	20.484	-	-	-	20.484
31/12/2010	1.613.461	333.854	100.707	14.240	2.062.262
31/12/2009	1.317.238	347.144	94.545	23.823	1.782.750
01/01/2009	1.433.712	302.150	93.287	31.332	1.860.481

8.3. Resultado

	Receitas operacionais líquidas, principalmente por vendas	Receitas (despesas) financeiras, líquidas	Variações monetárias e cambiais, líquidas	Total do Resultado
	Empresas do setor elétrico	665.266	1.041	4.038
Petrobras	952.700	(41.301)	(21.966)	889.433
MSGAS	-	3.342	-	3.342
Outras	205.165	1.060	503	206.728
31/12/2010	1.823.131	(35.858)	(17.425)	1.769.848
31/12/2009	1.877.632	41.971	(19.990)	1.899.613

8.4. Recebíveis do setor elétrico

A Companhia possui recebíveis do setor elétrico relacionados ao fornecimento de combustíveis a usinas de geração termoeletrônica.

Parte dos custos do fornecimento de combustível para essas térmicas são suportados pelos recursos da Conta de Consumo de Combustível - CCC - Sistemas Isolados, cujo gerenciamento é da Eletrobras. A receita da CCC é proveniente do recolhimento de cotas pelas empresas distribuidoras, permissionárias e transmissoras de todo o país, na proporção e em valores determinados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia autorizada pelo Conselho de Administração da Petrobras transferiu, por endosso, os títulos relativos ao fornecimento de produtos para diversas empresas de geração termoeletrônica. O montante endossado em 31 de dezembro de 2010 era R\$2.389.221 (R\$1.603.376 em 31 de dezembro de 2009).

Em relação às termoeletrônicas cujos títulos não são endossados, - principalmente aqueles emitidos contra os Produtores Independentes de Energia - PIE's localizados na cidade de Manaus e que foram criados com a finalidade de produzir energia exclusivamente para a Eletrobras Amazonas Distribuidora S. A. (ADESA), controlada direta da Eletrobras - as empresas dependem diretamente dos repasses desses recursos da ADESA para a quitação das suas obrigações. O saldo desses recebíveis em 31 de dezembro de 2010 era R\$ 756.318 (R\$ 403.638 em 31 de dezembro de 2009), apresentados no ativo circulante das demonstrações contábeis da Companhia, e classificados como recebíveis, dos quais R\$ 610.591 estavam vencidos.

A Companhia tem empreendido medidas de cobrança destes créditos de forma sistemática, através de notificações extrajudiciais às empresas do setor elétrico que possuem débitos para que estas providenciem o pagamento dos valores em aberto, além do envio de correspondências emitidas pelas Diretorias e pela Presidência reforçando os procedimentos de cobrança.

8.5. Transações com entidades governamentais e fundos de pensão

A Companhia é subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, empresa controlada pelo Governo Federal, e mantém diversas transações com entidades governamentais no curso normal de suas operações.

As transações significativas com entidades governamentais resultaram nos seguintes saldos:

	2010		2009		01/01/2009	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Banco do Brasil S.A.	181.178	-	154.712	-	31.774	-
Títulos governamentais	220.077	-	194.818	-	168.007	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Obrigações junto ao Governo Federal	-	140.938	-	125.704	-	106.064
Adiantamento de clientes	401.255	140.938	349.530	125.704	199.781	106.064
Circulante	181.178	140.938	154.712	125.704	31.774	106.064
Não circulante	220.077	-	194.818	-	168.007	-

Os saldos estão classificados no Balanço Patrimonial conforme a seguir:

	2010		2009		01/01/2009	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo						
Circulante	181.178	-	154.712	-	31.774	-
Caixa e equivalentes de caixa	181.178	-	154.712	-	31.774	-
Não circulante	220.077	-	194.818	-	168.007	-
Títulos e valores mobiliários	220.077	-	194.818	-	168.007	-
Passivo						
Circulante	-	140.938	-	125.704	-	106.064
Adiantamento de clientes	-	140.938	-	125.704	-	106.064
31/12/2010	401.255	140.938	349.530	125.704	199.781	106.064

8.6. Remuneração de dirigentes e empregados da Controladora (em Reais)

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da Companhia estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus dirigentes e empregados.

No exercício de 2010, a maior e a menor remunerações atribuídas a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$21.549,29 e R\$1.919,59 (R\$19.278,51 e R\$1.745,45 em 2009), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2010 foi de R\$ 6.444,92 (R\$5.708,98 em 2009).

Com relação a dirigentes da Companhia, a maior remuneração em 2010, ainda tomando-se por base o mês de dezembro, correspondeu a R\$66.227,65 (R\$56.879,60 em 2009).

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para o pessoal-chave da Companhia durante o exercício de 2010 foi de R\$5.634.609,61 (R\$5.004.033,91 em 2009).

9. Estoques

Produtos para venda	Consolidado			Controladora		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Derivados de petróleo	1.486.212	1.039.378	1.118.062	1.449.862	1.007.435	1.091.428
Álcool	149.024	274.204	234.875	149.024	274.204	234.875
1.635.236	1.313.582	1.352.937	1.598.886	1.281.639	1.326.303	
Material e suprimentos para manutenção	37.315	33.245	38.014	35.644	31.471	34.269
Total	1.672.551	1.346.827	1.390.951	1.634.530	1.313.110	1.360.572

Parte dos estoques da Companhia serve como garantia em ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré. O total de estoques dados em garantia em 31 de dezembro de 2010 é de R\$239.541 (R\$236.121 em 2009).

Em 2010, derivados de petróleo, álcool e materiais e suprimentos para manutenção reconhecidos no resultado, totalizavam R\$ 57.879.136 (R\$50.460.198 em 31 de dezembro de 2009). Não foi reconhecida nenhuma perda por desvalorização nos estoques.

10. Ativos mantidos para venda

A Companhia apresenta registrado como mantido para venda, um terreno com área de 3.200 m2 e edificações, localizado no Rio de Janeiro - RJ, no valor de R\$3.800, tendo em vista a perspectiva de alienação num período de 12 meses. Em janeiro de 2011, mediante a aprovação do resultado do procedimento licitatório pelo Conselho de Administração da Companhia, foi concluída a venda pelo montante de R\$ 20.000.

11. Títulos e valores mobiliários

	Consolidado			Controladora		
	2010	2009	01/01/09	2010	2009	01/01/09
Disponíveis para venda	217.068	191.990	165.364	217.068	191.990	165.364
Mantidos até o vencimento	22.116	23.354	2.643	22.116	23.354	2.643
Total	239.184	215.344	168.007	239.184	215.344	168.007

Os títulos e valores mobiliários, classificados no ativo não circulante, compõem-se de:

	Consolidado			Controladora		
	2010	2009	01/01/09	2010	2009	01/01/09
NTN-B	217.068	191.990	165.364	217.068	191.990	165.364
Cotas FIDC - FCM	19.107	20.526	-	19.107	20.526	-
Outros	3.009	2.828	2.643	3.009	2.828	2.643
Total	239.184	215.344	168.007	239.184	215.344	168.007

Notas do Tesouro Nacional - NTN-B

As Notas do Tesouro Nacional - Série B foram dadas em garantia à Petros, no dia 23 de outubro de 2008, após assinatura do Termo de Compromisso Financeiro entre Petrobras e subsidiárias patrocinadoras do Plano Petros e a própria Petros, para equacionamento de obrigações com o plano de pensão. O valor nominal das NTN-B é atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Os cupons de juros serão pagos semestralmente à taxa de 6% a.a. sobre o valor nominal atualizado desses títulos e os vencimentos vão de 2024 a 2035.

Cotas FIDC - FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços

A Companhia mantém recursos de R\$19.107 investidos no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços - FCM constituído sob a forma de condomínio fechado, com recursos destinados à aquisição de direitos creditórios de operações de aquisições de bens e serviços realizadas junto aos fornecedores da Companhia.

A estrutura do fundo contempla como único sacado a Companhia e como cedentes os fornecedores qualificados. A Companhia tem a intenção e capacidade para manter esses títulos até o vencimento, previsto para 5 anos.

12. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado			Controladora		
	2010	2009	01/01/09	2010	2009	01/01/09
Cível	32.705	24.246	22.414	24.831	22.526	20.254
Trabalhista	27.232	24.248	21.448	18.001	16.753	13.100
Tributária	265.645	192.805	171.087	245.242	173.620	162.667
Ambiental	506	368	199	506	368	199
Outras	2.535	2.609	1.470	-	-	-
Totais	328.623	244.276	216.618	288.580	213.267	196.220

13. Investimentos**13.1. Aquisições e alterações de participações acionárias****Companhia Distribuidora de Gás Natural - CDGN**

Em julho de 2010, a Companhia obteve o controle conjunto da Companhia Distribuidora de Gás Natural - CDGN, ao adquirir 39% das ações e capital votante dessa Companhia. Como resultado, a participação acionária na CDGN aumentou de 10,0% para 49,0%, sendo considerada uma controlada em conjunto, em função da existência de acordo contratual que estabelece o controle compartilhado de várias atividades da investida. Desta forma, nas demonstrações contábeis consolidadas, a Companhia reconhece sua participação na CDGN através de consolidação proporcional, combinando sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas da investida, linha por linha, nas suas demonstrações contábeis consolidadas. As demonstrações contábeis da CDGN foram preparadas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Eventuais ajustes foram efetuados, quando necessário, para alinhar as políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia.

Brasil Carbonos S.A.

A Companhia adquiriu do Grupo Unimetal 49% das ações com direito a voto da Brasil Carbonos S.A., pelo montante de R\$ 44.900. A Brasil Carbonos é uma controlada em conjunto, em função da existência de acordo contratual que estabelece o controle compartilhado de várias atividades da investida. Desta forma, nas demonstrações contábeis consolidadas, a Companhia reconhece sua participação na Brasil Carbonos através de consolidação proporcional, combinando sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas da investida, linha por linha, nas suas demonstrações contábeis consolidadas. As demonstrações contábeis da Brasil Carbonos foram preparadas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Eventuais ajustes foram efetuados, quando necessário, para alinhar as políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia.

Nessa operação foi apurada mais valia de ativos de R\$ 28.375 conforme apresentado a seguir:

	Valor contábil dos ativos			Mais valia	Valor justo
	2010	2009	01/01/09		
Edificações e benfeitorias	4.167	-	8.680	12.847	
Equipamentos e outros bens	8.568	-	15.811	24.379	
Terrenos	448	-	3.884	4.332	
Total do valor justo dos ativos reconhecidos na aquisição	13.183	28.375	41.558		

A mais valia será amortizada na mesma proporção que esses ativos forem realizados na investida.

13.2. Informações sobre as controladas e coligadas

	Capital Subscrito em 31/12/2010	Milhares de Ações Ordinárias/Cotas	Ativo (*)		Passivo (*)		Patrimônio Líquido (*)	Receita Operacional Líquida (*)	Lucro Líquido/ (Prejuízo) do Exercício (*)
			Ativo (*)	Passivo (*)					
Controladas									
Liquigás	438.142	8.145	1.019.612	351.647	667.965	2.684.592	133.889		
Fundo de Investimento Imobiliário									
FCM (**)	47	47	181.927	181.618	309	485	(143)		
IASA	66.008	66.008	153.657	48.990	104.667	366.650	9.681		
Coligadas									
Brasil Supply	1.900	1.900	44.510	32.068	12.442	33.838	(3.390)		

(*) As informações representam os totais de ativos, passivos e resultado das investidas, não estando proporcionalizados a participação da Companhia.

(**) Cotas

As participações acionárias mantidas pela Companhia não possuem ações negociadas em bolsa.

13.3. Descrição das atividades das controladas**a) Liquigás Distribuidora S.A.**

Opera na área de distribuição e comercialização de subprodutos das refinarias de petróleo, especialmente Gás Liquefeito de Petróleo - GLP.

continuação



Ministério de Minas e Energia



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CONSOLIDADAS E DA CONTROLADORA) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto quando especificamente mencionado)

13.4. Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo.

Não obstante a Companhia possuir menos do que 20% do capital votante da coligada Brasil Supply, a Companhia entende que possui uma influência significativa considerando sua representatividade no Conselho de Administração desta coligada.

13.5. Informações sobre controladas em conjunto

	Controladas em conjunto			
	EBL	Sefagel	Brasil Carbonos	CDGN
Ativo circulante	488	201	10.033	28.559
Ativo realizável a longo prazo	2.415	-	-	-
Imobilizado	-	3.245	26.904	34.494
Intangível	-	67	2	-
Passivo circulante	185	67	6	20.488
Passivo não circulante	1.164	909	-	25.661
patrimônio líquido	1.554	2.470	36.933	16.904
Receita operacional líquida	2.288	257	-	15.382
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	481	(351)	-	5.969
Percentual de participação - %	33%	49%	49%	49%

13.7. Mutações dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas (Controladora)

	Controladas				Controladas em conjunto			Coligada	2010	2009	01/01/2009
	Liquigás	IASA	FII	Sefagel	EBL	CDGN	Brasil Carbonos	Brasil Supply			
No início do exercício	546.729	97.285	448	1.382	399	250	-	868	647.361	487.614	565.288
Aquisição e aporte de capital	-	-	-	-	-	975	18.090	900	19.965	723.115	70.554
Equivalência patrimonial	133.889	9.681	(142)	(173)	159	6.953	8	(339)	150.036	125.495	54.250
Dividendos	(12.652)	(2.299)	-	-	(45)	-	-	-	(14.996)	(56.861)	(31.823)
Baixa por incorporação e alienação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(632.523)	(174.072)
Provisão para perda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(672)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	(185)	(81)	521	4.089
No fim do exercício	667.966	104.667	306	1.209	513	8.282	18.098	1.244	802.285	647.361	487.614
	2010	2009	01/01/2009								
Controladas, controladas em conjunto e coligadas ...	802.285	647.361	487.614								
Outros investimentos	2.732	3.966	7.653								
Mais valia de ativos	80.426	64.191	83.840								
	885.443	715.518	579.107								

13.8. Informações sobre coligadas vinculadas a Liquigás

	2010		2009		01/01/2009
	Participação no capital subscrito %	Patrimônio líquido/ Passivo a descoberto	Lucro líquido do exercício	Ativo não circulante	Ativo não circulante
Utingás Armazenadora S.A.	31,00%	29.700	(2.594)	19.057	17.453
Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	33,33%	(765)	839	3.371	3.389
Metalúrgica Plus S.A.	33,33%	(422)	(90)	429	1.134
					1.350

13.6. Descrição das atividades das controladas em conjunto

a) EBL Companhia de Eficiência Energética S.A.

Tem por objetivo a prestação de serviços de soluções de eficiência energética e locações de equipamentos e instalações em unidades de propriedade ou alugadas pela Telemar Norte Leste S.A.

b) SEFAGEL S.A.

Tem por objetivo a implantação de Unidades de Geração para a geração e a comercialização de água gelada e/ou quente para a climatização de edifícios comerciais construídos e operados pela Lorenge Construtora e Incorporadora Ltda.

c) Brasil Carbonos S.A.

Tem como atividade principal a construção e/ou operação de Plantas de Armazenagem e Beneficiamento de Coque Verde de Petróleo, podendo industrializar, misturar e beneficiar, de todas e quaisquer formas, produtos carbonosos e combustíveis sólidos, de origem nacional ou importada.

d) Companhia Distribuidora de Gás Natural - CDGN

Tem como atividade principal a prestação de serviços de transporte, compressão e comercialização de gás natural comprimido e liquefeito no Brasil.

13.9. Mais valia de ativos

Na aquisição da totalidade das ações da Liquigás Distribuidora S.A, em agosto de 2004, até então denominada Agip do Brasil S.A., e na aquisição da Brasil Carbonos, em dezembro de 2010, foi apurada mais valia de ativos de R\$ 392.898 e R\$ 28.375, respectivamente, que são amortizadas em função da vida útil dos ativos.

Movimentação da mais valia de ativos:

	Controladora
Mais valia em 01/01/2009	83.840
Amortização - Liquigás	(19.649)
Mais valia em 31/12/2009	64.191
Amortização - Liquigás	(12.140)
Aquisição - Brasil Carbonos	28.375
Total em 31/12/2010	80.426

Na controladora, o saldo da mais valia de ativos de R\$80.426 está contabilizado em investimentos e no consolidado está apresentado como ativo imobilizado.

14. Imobilizado

14.1. Por área de negócio

	Consolidado				
	2010		2009		01/01/2009
	Custo	Depreciação e amortização do ágio acumuladas	Líquido	Líquido	Líquido
Gás e energia	16.891	(868)	16.023	1.557	-
Distribuição (*)	6.806.888	(2.756.746)	4.050.142	3.504.128	2.989.250
Total	6.823.779	(2.757.614)	4.066.165	3.505.685	2.989.250
	Controladora				
	2010		2009		01/01/2009
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Gás e energia	2.041	(791)	1.250	19	-
Distribuição	5.450.921	(2.049.858)	3.401.063	3.016.786	2.571.669
Total	5.452.962	(2.050.649)	3.402.313	3.016.805	2.571.669

(*) Inclui parcela da mais valia de ativos não amortizada no montante de R\$ 80.426 apresentados na nota 13.9.

14.2. Por tipo de ativos

	Consolidado								
	Terrenos, Edificações e Benfeitorias			Equipamentos e Outros Bens			Ativo em		Total
	Custo	Depreciação	Total	Custo	Depreciação	Total	Construção	Imobilizado	
01 de janeiro de 2009	1.798.412	(407.140)	1.391.272	3.070.328	(1.740.905)	1.329.423	268.555	2.989.250	
Adições	5.476	-	5.476	216.835	-	216.835	381.337	603.648	
Baixas	(20.538)	10.142	(10.396)	(73.834)	71.687	(2.147)	(18.490)	(31.033)	
Depreciações	-	(55.764)	(55.764)	-	(254.119)	(254.119)	-	(309.883)	
Transferências	287.251	(17.095)	270.156	377.282	(117.581)	259.701	(277.583)	252.274	
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	1.429	1.429	
31 de dezembro de 2009	2.070.601	(469.857)	1.600.744	3.590.611	(2.040.918)	1.549.693	355.248	3.505.685	
Adições	46.375	(272)	46.103	338.565	(10.773)	327.792	459.113	833.008	
Baixas	(3.471)	(10)	(3.481)	(73.433)	59.665	(13.768)	(8.633)	(25.882)	
Depreciações	-	(58.386)	(58.386)	-	(234.223)	(234.223)	-	(292.609)	
Transferências	192.424	(125)	192.299	230.130	(2.715)	227.415	(373.751)	45.963	
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	-	
31 de dezembro de 2010	2.305.929	(528.650)	1.777.279	4.085.873	(2.228.964)	1.856.909	431.977	4.066.165	
Tempo de vida útil estimado	6 a 47 anos (*)			5 a 30 anos					

(*) exceto Terrenos.

	Controladora								
	Terrenos, Edificações e Benfeitorias			Equipamentos e Outros Bens			Ativo em		Total
	Custo	Depreciação	Total	Custo	Depreciação	Total	Construção	Imobilizado	
01 de janeiro de 2009	1.628.523	(324.171)	1.304.352	2.247.052	(1.206.841)	1.040.211	227.106	2.571.669	
Adições	4.543	-	4.543	161.298	-	161.298	285.874	451.715	
Baixas	(10.257)	2.179	(8.078)	(43.113)	40.858	(2.255)	(18.396)	(28.729)	
Depreciações	-	(51.492)	(51.492)	-	(179.615)	(179.615)	-	(231.107)	
Transferências	282.556	(17.117)	265.439	308.472	(119.973)	188.499	(200.681)	253.257	
31 de dezembro de 2009	1.905.365	(390.601)	1.514.764	2.673.709	(1.465.571)	1.208.138	293.903	3.016.805	
Adições	28.067	-	28.067	247.364	-	247.364	333.752	609.183	
Baixas	(3.696)	379	(3.317)	(56.418)	47.695	(8.723)	(8.633)	(20.673)	
Depreciações	-	(55.452)	(55.452)	-	(186.679)	(186.679)	-	(242.131)	
Transferências	165.752	109	165.861	109.095	(529)	108.566	(235.298)	39.129	
31 de dezembro de 2010	2.095.488	(445.565)	1.649.923	2.973.750	(1.605.084)	1.368.666	383.724	3.402.313	
Tempo de vida útil estimado	28 a 47 anos (*)			5 a 28 anos					

(*) exceto Terrenos.

Em 31 de dezembro de 2010, o imobilizado, Consolidado e Controladora, inclui direitos de uso de bens decorrentes de contratos que transfiram os benefícios, riscos e controles no montante de R\$175.605 e de R\$173.623, respectivamente (R\$180.816 e R\$177.637 em 31 de dezembro de 2009).

continuação



Ministério de Minas e Energia



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CONSOLIDADAS E DA CONTROLADORA) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto quando especificamente mencionado)

14.3. Depreciação

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009 está assim apresentada:

	Consolidado (*)			Controladora		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Custo dos produtos vendidos	1.317	5.965	9.766	1.682	5.195	4.651
Despesas operacionais	291.292	303.918	288.855	240.449	225.912	216.399
	292.609	309.883	298.621	242.131	231.107	221.050

(*) Inclui R\$ 12.140 de amortização da mais valia de ativos, veja nota 13.9.

Os efeitos da alteração nas estimativas de vida útil do imobilizado sobre o encargo anual de depreciação estão apresentados na nota 5.1.

15. Intangível

15.1. Por área de negócio

	Consolidado				
	2010		2009		01/01/2009
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Gás e energia	133.847	(17.782)	116.065	80.423	54.703
Distribuição	855.231	(596.943)	258.288	268.940	256.011
Total	989.078	(614.725)	374.353	349.363	310.714

	Controladora				
	2010		2009		01/01/2009
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Gás e energia	133.846	(17.782)	116.064	80.423	54.703
Distribuição	768.194	(522.942)	245.252	251.109	232.554
Total	902.040	(540.724)	361.316	331.532	287.257

15.2. Por tipo de ativos

	Consolidado				
	Direitos e Concessões	Software adquirido	Software desenvolvido internamente	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	Total
01 de janeiro de 2009	57.171	76.908	18.647	157.988	310.714
Adições	38.607	9.919	13.569	-	62.095
Baixas	-	(4.139)	-	-	(4.139)
Amortização	(15.462)	(14.670)	(1.577)	-	(31.709)
Transferências	2.841	13.910	(4.349)	-	12.402
31 de dezembro de 2009	83.157	81.928	26.290	157.988	349.363
Adições	33.813	22.759	9.255	-	65.827
Baixas	(882)	(42)	-	-	(924)
Amortização	(2.482)	(13.949)	(27.904)	-	(44.335)
Transferências	4.451	(20)	(9)	-	4.422
31 de dezembro de 2010	118.057	90.676	7.632	157.988	374.353
Tempo de vida útil estimado - anos	5 a 33	5	5	indefinida	

	Controladora				
	Direitos e Concessões	Software adquirido	Software desenvolvido internamente	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	Total
01 de janeiro de 2009	56.144	54.478	18.647	157.988	287.257
Adições	38.528	5.613	13.569	-	57.710
Baixas	-	(6)	-	-	(6)
Amortização	(15.462)	(6.454)	(1.577)	-	(23.493)
Transferências	2.841	11.572	(4.349)	-	10.064
31 de dezembro de 2009	82.051	65.203	26.290	157.988	331.532
Adições	33.568	20.199	9.255	-	63.022
Baixas	(879)	(19)	-	-	(898)
Amortização	4.451	(6.937)	(27.904)	-	(30.390)
Transferências	(2.445)	504	(9)	-	(1.950)
31 de dezembro de 2010	116.746	78.950	7.632	157.988	361.316
Tempo de vida útil estimado - anos	10 a 33	5	5	indefinida	

15.3. Concessão para exploração e comercialização de gás natural no Estado do Espírito Santo

A Companhia é concessionária para exploração exclusiva do serviço público de distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo, mediante contrato de concessão assinado junto ao governo desse Estado, pelo prazo de 50 anos, com vencimento em 2043. O contrato é prorrogável, mediante manifestação expressa das partes.

A concessão prevê a distribuição para os usuários dos segmentos industrial, residencial coletivo e individual, comercial, veicular, climatização, cogeração, matéria-prima e térmicas. O Governo monitora o cumprimento do contrato por meio da atuação de órgão regulador.

Como concessionária, a Companhia está incumbida de efetuar os investimentos necessários à prestação do serviço concedido e manter atualizado o inventário dos bens adquiridos e instalações construídas para esse fim.

Finda a concessão, o contrato estabelece indenização à Companhia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, conforme levantamentos, avaliações e liquidações a serem realizados com o objetivo de determinar o valor da referida indenização.

A Companhia não identificou ativo financeiro em 31 de dezembro de 2010 que devesse ser reconhecido.

Os serviços devem ser prestados a todos os usuários que os requeiram, mediante o pagamento das tarifas vigentes, observados os critérios econômicos, técnicos e operacionais de instalação e ampliação da rede de distribuição - que atende aos municípios de Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica, Viana, Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim e Linhares.

A remuneração da Companhia corresponde ao valor das tarifas cobradas pelo volume de gás distribuído, que está sujeito aos reajustes e revisões especificados no contrato.

O montante dos ativos vinculados à concessão de gás e registrados como intangível em 31 de dezembro de 2010 é de R\$116.064 (R\$80.423 em 2009). O aumento no saldo se deveu a novos investimentos efetuados para a prestação de serviços, atrelados à geração futura de tarifa.

Para fins de divulgação, o OCPC 01 requer o reconhecimento de receita e custo de construção no resultado, pelos valores incorridos para a construção da infraestrutura, incluindo margem, se aplicável. Nos exercícios de 2010 e 2009, considerando a irrelevância dos valores e a inexistência de margem da construção, a Administração decidiu pela não apresentação dos valores de receitas e custos de construção.

15.4. Análise de impairment

Na aquisição da totalidade das ações da Liquegás Distribuidora S.A., foi apurado um ágio por expectativa de rentabilidade futura de R\$197.604, reconhecido em função da extensão e proporção dos resultados projetados no laudo elaborado pelos peritos independentes. Esse ágio passou a não ser amortizado a partir do exercício de 2009, em função das novas práticas contábeis introduzidas no Brasil.

Para esse ágio é feito teste anual de recuperabilidade com base em estimativas de fluxo de caixa futuros da Liquegás para o período de 15 anos e premissas relacionadas ao plano estratégico da Companhia, considerando taxa de desconto de 5,3%.

A recuperabilidade dos ativos com base no critério do valor presente dos fluxos de caixa futuros depende das estimativas descritas na nota 5.13, que são influenciadas pelas condições de mercado vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada.

Os testes efetuados não indicaram a necessidade de reconhecimento de impairment, assim, nenhuma provisão foi constituída no exercício de 2010 e 2009.

16. Financiamentos

	Consolidado (*)					
	Circulante			Não Circulante		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
No País						
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	8.337	4.108	-	19.427	22.348	-
Outros	4.688	125	-	2.300	24	-
Total	13.025	4.233	-	21.727	22.372	-
Juros sobre financiamentos	1.702	1.331	-	-	-	-
Parcela não circulante dos financiamentos no passivo circulante	6.732	2.902	-	-	-	-
Financiamentos de curto prazo	4.591	-	-	-	-	-
	13.025	4.233	-	-	-	-

(*) Financiamentos contratados em moeda nacional.

16.1. Vencimentos do principal e juros dos financiamentos no passivo não circulante

Período	Consolidado
2012	9.729
2013	7.594
2014	4.404
Total	21.727

16.2. Fluxo nominal de principal e juros dos financiamentos

Período	Consolidado
2011	16.219
2012	11.283
2013	8.330
2014	4.313
Total	40.145

16.3. Taxas de juros dos financiamentos no passivo não circulante

	Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
No país			
Até 6%	-	24	-
De 8% a 10%	13.224	12.007	-
De 10% até 12%	8.503	10.341	-
Total	21.727	22.372	-

16.4. Captações

No exercício de 2010, a Liquegás captou o montante de R\$4.518 referente a financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, indexado pela TJLP + 2,71% a.a, com vencimento em 2014.

16.5. Outras informações

A Liquegás contratou empréstimo e financiamento junto ao BNDES, para construção de um Centro Operativo para recebimento, armazenamento, envase, distribuição e comercialização de gás liquefeito de Petróleo (GLP) em Duque de Caxias, para a expansão do mercado do Rio de Janeiro. Em 15 de janeiro de 2009, a Liquegás emitiu para garantia do financiamento 3 séries privadas de debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações e com garantia flutuante.

16.6. Garantias

Em garantia às debêntures, a Liquegás possui uma conta centralizadora (com movimentação exclusiva pelo Banco Receptor) vinculada às receitas provenientes da venda de gás GLP para revendedoras, na qual deve transitar mensalmente, no mínimo, o valor equivalente ao saldo devedor total decorrente da escritura.

17. Arrendamentos mercantis

17.1. Arrendamentos mercantis financeiros:

A Companhia possui compromissos financeiros com a Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda. em função de direitos decorrentes de operações com arrendamentos de imóveis e equipamentos, atualizados pelo IGP-M e IPCA.

Os créditos imobiliários originados no Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda, celebrado entre a Companhia e a Rio Bravo, na qualidade de administradora do Fundo de Investimento Imobiliário FCM, serviram de lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs).

Os CRIs são registrados para negociação no mercado secundário no BOVESPA FIX, administrado pela BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e na CETIP.

	31/12/2010	
	Consolidado	Controladora
2011	30.636	30.479
2012 - 2015	119.292	119.292
2016 em diante	106.806	106.806
Pagamentos futuros de compromissos estimados	256.734	256.577
Juros	(75.048)	(75.048)
Valor presente dos pagamentos mínimos	181.686	181.529
Menos parcela circulante das obrigações	(30.636)	(30.479)
Parcela de longo prazo das obrigações	151.050	151.050

17.2. Arrendamentos mercantis operacionais:

A Companhia possui arrendamentos operacionais referentes a terrenos das áreas comerciais. O prazo médio dos contratos é de 14 anos.

Em 2010, a Companhia reconheceu um montante de R\$138.932 (R\$101.616 em 2009) como despesa do exercício referente a tais compromissos contratuais.

Parcela significativa dos pagamentos mínimos futuros relacionados aos arrendamentos mercantis operacionais é composta por valores variáveis, decorrentes das condições comerciais pactuadas entre a Companhia e seus fornecedores. Os pagamentos mínimos são atualizados mensalmente com base nessas condições de mercado pactuadas.

continuação



Ministério de Minas e Energia



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CONSOLIDADAS E DA CONTROLADORA) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto quando especificamente mencionado)

18. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Empresas do Sistema	1.649.785	(323.966)	1.613.461	(252.982)
A Vencer	722.243	(806.401)	640.726	(588.369)
Vencidos				
Até 3 Meses	26.390	(1.055)	17.365	(767)
De 3 a 6 Meses	1.055	(60.437)	767	(60.437)
Mais de 6 Meses	1.380	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2010	2.400.853	(53.347.808)	2.272.319	(50.622.373)
Em 31 de dezembro de 2009	1.967.130	(2.668.726)	1.895.646	(2.157.557)
Em 1º de janeiro de 2009	1.989.637	(592.973)	1.914.423	(433.811)

As obrigações com fornecedores serão liquidadas em até 1 ano pelo mesmo montante no qual se encontram registradas no balanço.

19. Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Depreciação e amortização	(335.507)	(323.966)	(279.181)	(252.982)
Despesas com Pessoal	(931.506)	(806.401)	(682.004)	(588.369)
Matéria-prima/produtos adquiridos	(60.255.218)	(53.347.808)	(58.076.248)	(50.622.373)
Despesas com benefícios pós emprego	(85.284)	(60.437)	(68.421)	(60.437)
Outros	(2.284.348)	(2.116.660)	(1.926.337)	(1.731.516)
(63.891.863)	(56.655.272)	(61.032.191)	(53.255.677)	
Custo do produto vendido	(60.284.556)	(53.393.573)	(58.101.455)	(50.664.309)
Despesas com vendas	(2.963.483)	(2.668.726)	(2.422.863)	(2.157.557)
Despesas gerais e administrativas	(643.824)	(592.973)	(507.873)	(433.811)
(63.891.863)	(56.655.272)	(61.032.191)	(53.255.677)	

20. Receitas e despesas financeiras

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Despesa com financiamentos	(1.724)	(19)	-	-
Receita com aplicações financeiras	1.593	9.480	41	3.000
Receita líquida com FIDC	79.520	115.938	66.628	110.940
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	79.389	125.399	66.669	113.940
"Hedge" sobre operações comerciais e financeiras	11.688	44.686	11.980	43.867
Títulos e valores mobiliários	9.232	7.825	9.232	7.825
Juros por atraso de clientes	253.807	164.334	244.383	146.552
Outras despesas e receitas financeiras, líquidas	(46.274)	128.353	(52.350)	88.294
Outras variações cambiais e monetárias, líquidas	(34.235)	(100.134)	(36.636)	(56.342)
Resultado financeiro líquido	273.607	370.463	243.278	344.136

21. Outras receitas (despesas) operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Acordos coletivos de trabalho	(39.742)	-	(39.742)	-
Perdas e provisões com processos judiciais	(201.929)	(40.610)	(195.207)	(35.673)
Multas contratuais e regulatórias	8.365	6.068	8.365	6.064
Aluguéis e royalties	174.669	167.949	171.787	161.620
Resultado com alienação de ativo permanente	38.078	7.712	26.491	9.261
Fretes	14.491	-	14.491	-
Outros	1.585	8.885	(6.367)	(5.089)
Total	(4.483)	150.004	(20.182)	136.183

22. Impostos e contribuições

22.1. Impostos a recuperar

	Consolidado			Controladora		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
ICMS	616.485	474.057	392.738	576.430	440.421	362.202
PASEP/COFINS	124.173	118.918	111.182	120.936	118.262	110.979
Imposto de renda	7.885	7.576	15.287	3.902	3.335	15.282
Contribuição social	2.407	2.471	4.271	1.249	921	4.271
Outros impostos	33.317	36.672	52.580	30.197	34.105	37.202
Total	784.267	639.694	576.058	732.714	597.044	529.936

Ativo não circulante

ICMS	5.603	28.727	38.636	5.603	28.727	38.636
Total	789.870	668.421	614.694	738.317	625.771	568.572

22.2. Impostos e contribuições a recolher

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei nº. 11.941/09, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios contábeis da Lei nº. 6.404/76, antes das alterações da Lei nº. 11.638/07. A confirmação da opção por esse regime ocorreu quando da entrega da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - DIPJ do ano-calendário 2009. Dessa forma, os impostos sobre diferenças temporárias, gerados pela adoção da nova lei societária, foram provisionados como impostos e contribuições diferidos ativos e passivos.

c) Movimentação de diferenças temporárias

Origem do Registro dos impostos diferidos	01/01/2009	Reconhecido no Resultado do Exercício			Consolidado			Reconhecido no Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)			Reconhecido no Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)		
		Reconhecido no Resultado do Exercício	Outros	2009	Reconhecido no Resultado do Exercício	Outros	2009	Reconhecido no Resultado do Exercício	Outros	2010			
Impostos Diferidos Ativos													
Imobilizado	793	(288)	-	505	(505)	-	-	-	-	-	-	-	
Intangíveis	99.034	4.374	-	103.408	-	-	-	-	-	-	-	103.408	
Estoques	870	(381)	-	489	321	-	-	-	-	-	-	810	
Prejuízos Fiscais	486	(486)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Participação de Empregados e Administradores	24.289	6.928	-	31.217	5.089	-	-	-	-	-	-	36.306	
Benefício Pós Emprego (Plano de Pensão)	24.314	7.209	-	-	8.842	-	-	-	-	-	-	40.365	
Contas a Receber / Pagar e Empréstimos e Financiamentos	98.782	3.596	-	102.378	8.933	-	-	-	-	-	-	111.311	
Arrendamentos mercantis financeiros	28.665	55.938	-	84.603	(1.451)	-	-	-	-	-	-	83.152	
Provisão para processos judiciais	62.753	(346)	-	62.407	12.530	-	-	-	-	-	-	74.937	
Outros	31.105	(27.023)	880	20.331	(5.879)	-	-	-	-	-	-	14.452	
Total impostos diferidos ativos	371.091	49.521	880	436.861	27.880	-	-	-	-	-	-	464.741	

Origem do Registro dos impostos diferidos	01/01/2009	Reconhecido no Resultado do Exercício			Consolidado			Reconhecido no Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)			Reconhecido no Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)		
		Reconhecido no Resultado do Exercício	Outros	2009	Reconhecido no Resultado do Exercício	Outros	2009	Reconhecido no Resultado do Exercício	Outros	2010			
Impostos Diferidos Passivos													
Imobilizado	858	12.599	-	13.457	37.670	-	-	1.820	-	-	-	52.947	
Arrendamentos mercantis financeiros	25.750	35.442	-	61.192	1.284	-	-	-	-	-	-	62.476	
Outros	395	(84)	6.449	8.038	1.145	4.866	-	-	-	-	-	14.049	
Total impostos diferidos passivos	27.003	47.957	6.449	82.687	40.099	4.866	-	1.820	-	-	-	129.472	
Total dos Impostos Diferidos Líquidos	344.088	1.564	(5.569)	354.174	(12.219)	(4.866)	-	(1.820)	-	-	-	335.269	

Origem do Registro dos impostos diferidos	01/01/2009	Reconhecido no Resultado do Exercício			Controladora			Reconhecido no Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)			Reconhecido no Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)		
		Reconhecido no Resultado do Exercício	Outros	2009	Reconhecido no Resultado do Exercício	Outros	2009	Reconhecido no Resultado do Exercício	Outros	2010			
Impostos Diferidos Ativos													
Intangíveis	99.034	4.374	-	103.408	-	-	-	-	-	-	-	103.408	
Estoques	799	(335)	-	464	341	-	-	-	-	-	-	805	
Participação de Empregados e Administradores	24.072	5.672	-	29.744	5.276	-	-	-	-	-	-	35.020	
Benefício Pós Emprego (Plano de Pensão)	8.897	4.439	-	13.336	7.404	-	-	-	-	-	-	20.740	
Contas a Receber / Pagar e Empréstimos e Financiamentos	90.509	2.942	-	93.451	12.605	-	-	-	-	-	-	106.056	
Arrendamentos mercantis financeiros	28.665	55.938	-	84.603	(1.451)	-	-	-	-	-	-	83.152	
Provisão para processos judiciais	54.087	(3.728)	-	57.815	6.636	-	-	-	-	-	-	64.451	
Outros	18.789	(26.003)	12.354	4.540	(2.714)	-	-	-	-	-	-	1.826	
Total impostos diferidos ativos	324.852	50.155	-	387.361	28.097	-	-	-	-	-	-	415.458	

Origem do Registro dos impostos diferidos	01/01/2009	Reconhecido no Resultado do Exercício			Controladora			Reconhecido no Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)			Reconhecido no Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)		
		Reconhecido no Resultado do Exercício	Outros	2009	Reconhecido no Resultado do Exercício	Outros	2009	Reconhecido no Resultado do Exercício	Outros	2010			
Impostos Diferidos Passivos													
Imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	22.528	-	-	-	22.528	
Arrendamentos mercantis financeiros	25.042	35.256	-	60.298	2.178	-	-	-	-	-	-	62.476	
Outros	749	721	6.449	7.919	709	4.866	-	-	-	-	-	13.494	
Total impostos diferidos passivos	25.791	35.977	6.449	68.217	25.415	4.866	-	4.866	-	-	-	98.498	
Total dos Impostos Diferidos Líquidos	299.061	14.178	(6.449)	319.144	2.682	(4.866)	-	(1.820)	-	-	-	316.960	

continuação



Ministério de Minas e Energia



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CONSOLIDADAS E DA CONTROLADORA) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto quando especificamente mencionado)

d) Estimativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Período	Consolidado		Controladora	
	Imposto de renda e CSLL diferidos ativos	Imposto de renda e CSLL diferidos passivos	Imposto de renda e CSLL diferidos ativos	Imposto de renda e CSLL diferidos passivos
2011.....	151.648	16.459	132.658	15.751
2012.....	49.853	30.792	38.344	2.577
2013.....	41.757	2.738	38.344	2.577
2014.....	41.216	2.647	38.344	2.577
2015.....	16.879	2.577	14.283	2.577
2016.....	16.328	2.577	14.283	2.577
2017 a 2019.....	147.060	71.682	139.202	69.862
31 de dezembro de 2010	464.741	129.472	415.458	98.498
31 de dezembro de 2009.....	436.861	82.687	387.361	68.217
1º de janeiro de 2009.....	371.091	27.003	324.852	25.791

22.5. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos sobre o lucro apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados nos exercícios de 2010 e de 2009 estão apresentados a seguir:

a) Consolidado

	Consolidado	
	2010	2009
Lucro operacional antes da contribuição social, do imposto de renda e da participação dos acionistas não controladores	2.212.600	2.272.816
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%).....	(752.284)	(772.757)
Ajustes para apuração alíquota efetiva:		
• Adições/exclusões permanentes, líquidas.....	(67.227)	(62.485)
• Resultado de equivalência patrimonial no país.....	421	387
• Incentivos fiscais.....	15.289	16.656
• Outros itens.....	(1.392)	(1.049)
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(805.193)	(819.248)
IR e CSLL correntes.....	(792.974)	(820.812)
IR e CSLL diferidos.....	(12.219)	1.564
	(805.193)	(819.248)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	36,4%	36,0%

b) Controladora

	Controladora	
	2010	2009
Lucro operacional antes da contribuição social, do imposto de renda e da participação dos acionistas não controladores	2.135.467	2.205.575
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%).....	(726.059)	(749.896)
Ajustes para apuração alíquota efetiva:		
• Adições/exclusões permanentes, líquidas.....	(65.937)	(59.770)
• Resultado de equivalência patrimonial no país.....	51.012	42.668
• Incentivos fiscais.....	13.371	14.721
• Outros itens.....	(2.155)	(242)
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(729.768)	(752.519)
IR e CSLL correntes.....	(732.450)	(766.697)
IR e CSLL diferidos.....	2.682	14.178
	(729.768)	(752.519)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	34,2%	34,1%

23. Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos a benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	Consolidado			Controladora		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Passivo						
Planos de pensão.....	193.593	176.641	172.145	191.393	175.109	172.145
Planos de saúde.....	699.675	632.265	571.149	641.953	578.582	521.958
	893.268	808.906	743.294	833.346	753.691	694.103
Circulante	79.607	71.580	65.706	72.189	64.938	60.823
Não circulante	813.661	737.326	677.588	761.157	688.753	633.280

23.1. Planos de pensão no país - Benefício definido e contribuição variável

a) Plano Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social

A Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, constituída pela Petrobras, instituiu o Plano Petros em julho de 1970, do tipo benefício definido, que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social.

A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano Petros que está fechado aos empregados admitidos a partir de setembro de 2002.

A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, para a maioria dos benefícios. As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes (empregados) e assistidos (aposentados e pensionistas), ou seja, de forma paritária.

Na apuração de eventual déficit no plano de benefício definido este deverá ser equacionado por participantes, assistidos e patrocinadores, conforme Emenda Constitucional nº 20/1998 e Lei Complementar nº 109/2001, observada a proporção quanto às contribuições normais vertidas no exercício em que for apurado aquele resultado.

Em 23 de outubro de 2008, a Petrobras e as subsidiárias patrocinadoras do Plano Petros e a Petros assinaram Termos de Compromisso Financeiro - TCF em consequência à homologação de transação judicial, relativa ao plano de pensão, como o previsto no Acordo de Obrigações Recíprocas - AOR firmado pelas patrocinadoras e entidades sindicais. Os compromissos dos TCF têm prazo de vencimento em 20 anos com pagamento de juros semestrais de 6% a.a. sobre o saldo a pagar atualizado. Em 31 de dezembro 2010, os saldos dos TCF totalizavam R\$ 223.427, dos quais R\$ 2.242 de juros vencem em 2011.

A obrigação assumida pela Companhia, por intermédio dos TCF, representa uma contrapartida às adesões feitas pelos participantes/assistidos do Plano Petros à repactuação para alteração do regulamento do plano, em relação aos benefícios, e ao encerramento de litígios existentes.

Em 31 de dezembro de 2010, a Petrobras e subsidiárias possuíam Notas do Tesouro Nacional - de longo prazo, no montante de R\$ 217.068, que serão mantidas na carteira da Companhia como garantia dos TCF.

As contribuições esperadas da patrocinadora para 2011 são de R\$40.391.

b) Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros 2, na modalidade de contribuição variável, foi implementado a partir de 1º de julho de 2007 pela Companhia, pela Petrobras, Petroquímica e Refap. Posteriormente, as empresas Ipiranga Asfaltos S.A. - IASA, FAFEN Energia S.A., Termorio, UTE Juiz de Fora, Termobahia, Termomacacé e Termo Ceará aderiram ao plano.

As patrocinadoras que implementaram o plano assumiram o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até o dia 29 de agosto de 2007. Os desembolsos do serviço passado são realizados, mensalmente, ao longo do tempo durante o mesmo número de meses em que o participante ficou sem plano, devendo, portanto cobrir a parte relativa aos participantes e patrocinadoras. O plano continuará aberto para inscrições após essa data, mas não há mais o pagamento do serviço passado.

A parcela deste plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, e os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada e foi reconhecida no resultado do exercício conforme as contribuições são efetuadas. Em 31 de dezembro de 2010, a contribuição da Companhia para a parcela de contribuição definida deste plano foi de R\$ 18.600.

A avaliação atuarial de 2009 da Fundação Petros, para fins de atendimento às normas da Previdência Complementar, evidenciou a ocorrência de uma baixa sinistralidade de eventos de risco no exercício, assim como observou que o saldo do fundo coletivo de risco apresentava-se suficiente para cobertura dos benefícios estimados para 2010. Dessa forma, a Fundação acatou a sugestão do atuário de que as contribuições de risco fossem redirecionadas para a conta do participante no plano durante o exercício de 2010.

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2011 são de R\$2.127.

23.2. Ativos dos planos de pensão

A carteira de investimentos dos Planos Petros e Petros 2, em 31 de dezembro de 2010, era constituída por 44,6% de renda fixa, com rentabilidade esperada de 6,2% a.a.; 50,0% de renda variável, com rentabilidade esperada de 8,0% a.a. e 5,4% de outros investimentos (operações com participantes, imóveis e projetos de infraestrutura), com rentabilidade esperada de 8,0% a.a., que resultou numa taxa de juros média de 6,78% a.a.

23.3 Plano de Saúde

a) Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Companhia e a Petrobras, Petroquímica e Refap, mantêm um plano de assistência médica (AMS), com benefícios definidos, que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela própria Companhia e os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

b) Liquigás Distribuidora S.A.

O compromisso da Liquigás Distribuidora S.A. relacionado à assistência médica dos empregados ativos e aposentados é calculado anualmente por atuário independente. O método adotado para calcular a despesa e os itens de aspecto atuarial é o do Crédito Unitário Projetado. Este método define o custo do benefício que será alocado durante a carreira ativa do empregado, no período entre a data de admissão na Empresa e a primeira data de plena exigibilidade ao benefício, que é estabelecido nas Convenções Coletivas de Trabalho resultantes das negociações sindicais com os empregados da categoria GLP.

Em 31 de dezembro de 2010, a Liquigás reconheceu uma Provisão para Benefício de Assistência Médica aos Empregados no montante de R\$57.722 (R\$51.202 em 31 de dezembro de 2009).

23.4. Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos dos planos

As informações de todos os planos de benefícios definidos foram agregadas, uma vez que contém premissas similares. Todos os planos de pensão têm acumulado obrigações de benefícios em excesso aos ativos dos planos.

a) Movimentação das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	2010				
	Consolidado		Controladora		
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais					
Obrigação atuarial no início do exercício ...	2.298.860	21.295	720.489	3.040.644	2.984.952
Custo dos juros	-	-	-	-	-
* Com termo de compromisso financeiro ...	-	-	-	-	-
* Atuarial.....	254.725	2.406	80.114	337.245	331.285
Custo do serviço corrente.....	10.605	7.308	14.472	32.385	30.951
Contribuições dos empregados.....	20.995	-	-	20.995	20.995
Benefícios pagos.....	(70.669)	(151)	(29.128)	(99.948)	(97.243)
(Ganho)/ Perda atuarial sobre a obrigação atuarial.....	134.132	6.476	73.703	214.311	212.172
Obrigação atuarial no fim do exercício ..	2.648.648	37.334	859.650	3.545.632	3.483.112
Movimentação do valor justo dos ativos do plano					
Ativo do plano no início do exercício.....	1.924.545	6.571	-	1.931.116	1.931.034
Rendimento esperado dos ativos do plano.....	264.510	1.767	-	266.277	266.220
Contribuições recebidas pelo fundo.....	60.439	-	-	60.439	60.439
Recebimentos vinculados ao termo de compromisso financeiro.....	-	-	-	-	-
Benefícios pagos.....	(70.659)	(151)	-	(70.810)	(70.788)
Ganho/ (Perda) atuarial sobre os ativos do plano.....	-	-	-	-	-
Outros.....	-	-	-	-	-
Ativos do plano no fim do exercício.....	2.178.835	8.187	-	2.187.022	2.186.905

	2010				
	Consolidado		Controladora		
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Valores reconhecidos no balanço patrimonial					
Valor presente das obrigações com fundo constituído.....	2.648.648	37.334	859.650	3.545.632	3.483.112
(-) Valor justo dos ativos do plano.....	(2.178.835)	(8.187)	-	(2.187.022)	(2.186.905)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano	469.813	29.147	859.650	1.358.610	1.296.207
Valor presente das obrigações sem fundo constituído.....	-	-	-	-	-
Benefícios pagos.....	-	-	-	-	-
Ganhos (Perdas) atuariais não reconhecidas	(288.134)	(9.297)	(157.833)	(455.264)	(452.802)
Custo do serviço passado não reconhecido	(4.001)	(3.935)	(2.142)	(10.078)	(10.059)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro.....	177.678	15.915	699.675	893.268	833.346
Movimentação do passivo atuarial líquido					
Saldo em 1º de janeiro.....	169.900	6.741	632.266	808.907	753.691
(+) Custos incorridos no período.....	47.232	9.174	96.537	152.943	145.554
(-) Pagamento de contribuições.....	(26.758)	-	(29.128)	(55.886)	(53.213)
(-) Pagamentos do termo de compromisso financeiro.....	(12.686)	-	-	(12.686)	(12.686)
Outros.....	(10)	-	-	(10)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010.....	177.678	15.915	699.675	893.268	833.346

	2009				
	Consolidado		Controladora		
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total

Movimentação do valor presente das obrigações atuariais					
Obrigação atuarial no início do exercício	1.860.797	10.491	573.852	2.445.140	2.394.780
Custo dos juros	1.842	-	-	1.842	1.842
* Com termo de compromisso financeiro ...	234.842	1.362	73.195	309.399	303.227
Custo do serviço corrente.....	4.093	3.724	10.014	17.831	16.601
Contribuições dos empregados.....	19.534	1.518	-	21.052	21.007
Benefícios pagos.....	(73.234)	(154)	(22.373)	(95.761)	(93.287)
(Ganho)/ Perda atuarial sobre a obrigação atuarial.....	250.986	4.354	85.801	341.141	340.782
Outros.....	-	-	-	-	-
Obrigação atuarial no fim do exercício ..	2.298.860	21.295	720.489	3.040.644	2.984.952
Movimentação do valor justo dos ativos do plano					
Ativo do plano no início do exercício.....	1.684.782	2.600	-	1.687.382	1.687.373
Rendimento esperado dos ativos do plano.....	256.737	1.089	-	257.826	257.837
Contribuições recebidas pelo fundo.....	56.260	3.036	-	59.296	59.206
Recebimentos vinculados ao termo de compromisso financeiro.....	-	-	-	-	-
Benefícios pagos.....	(73.234)	(154)	-	(73.388)	(73.382)
Pagamentos do termo de compromisso financeiro.....	-	-	-	-	-
Ganho/ (Perda) atuarial sobre os ativos do plano.....	-	-	-	-	-
Outros.....	-	-	-	-	-
Ativos do plano no fim do exercício.....	1.924.545	6.571	-	1.931.116	1.931.034

continuação



Ministério de Minas e Energia



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CONSOLIDADAS E DA CONTROLADORA) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto quando especificamente mencionado)

	2009				Controladora
	Consolidado		Controladora		
	Plano de Pensão Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	
Valores reconhecidos no balanço patrimonial					
Valor presente das obrigações com fundo constituído.....	2.298.860	21.295	720.489	3.040.644	2.984.952
(-) Valor justo dos ativos do plano.....	(1.924.545)	(6.571)	-	(1.931.116)	(1.931.034)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano.....	374.315	14.724	720.489	1.109.528	1.053.918
Valor presente das obrigações sem fundo constituído.....	-	-	-	-	-
Benefícios pagos.....	-	-	-	-	-
Ganhos (Perdas) atuariais não reconhecidas.....	(199.794)	(3.730)	(85.801)	(289.325)	(288.951)
Custo do serviço passado não reconhecido.....	(4.621)	(4.253)	(2.423)	(11.297)	(11.276)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro.....	169.900	6.741	632.265	808.906	753.691
Movimentação do passivo atuarial líquido					
Saldo em 1º de janeiro.....	170.774	3.320	571.148	745.242	694.914
(+) Custos incorridos no período.....	34.993	4.939	83.490	123.422	116.022
(-) Pagamento de contribuições.....	(24.085)	(1.518)	(22.373)	(47.976)	(45.463)
(-) Pagamentos do termo de compromisso financeiro.....	(11.782)	-	-	(11.782)	(11.782)
Saldo em 31 de dezembro de 2009.....	169.900	6.741	632.265	808.906	753.691

b) Componentes das despesas líquidas

	2010				Controladora
	Consolidado		Controladora		
	Plano de Pensão Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	
Custo do serviço corrente.....	10.605	7.308	14.472	32.385	30.951
Custo dos juros	-	-	-	-	-
* Com termo de compromisso financeiro	-	-	-	-	-
* Atuarial.....	254.725	2.406	80.114	337.245	331.285
Rendimento estimado dos ativos do plano.....	(218.718)	(966)	-	(219.684)	(219.665)
Amortização de (ganhos)/ perdas atuariais não reconhecidas.....	-	-	-	-	-
Contribuições de participantes.....	-	-	-	-	-
Custo do serviço passado não reconhecido.....	620	318	281	1.219	1.217
Outros.....	-	108	1.670	1.778	1.766
Custo líquido no exercício.....	47.232	9.174	96.537	152.943	145.554
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais.....	1.549	229	1.763	3.541	3.541
Diretamente no resultado.....	21.317	8.945	35.066	65.328	64.650
Relativa aos inativos.....	24.366	-	59.708	84.074	77.363
Custo líquido no exercício.....	47.232	9.174	96.537	152.943	145.554

	2009				Controladora
	Consolidado		Controladora		
	Plano de Pensão Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	
Custo do serviço corrente.....	4.093	3.724	10.015	17.832	16.601
Custo dos juros	-	-	-	-	-
* Com termo de compromisso financeiro	1.842	-	-	1.842	1.842
* Atuarial.....	234.842	1.362	73.196	309.400	303.227
Rendimento estimado dos ativos do plano.....	(205.545)	(465)	-	(206.010)	(206.006)
Amortização de (ganhos)/ perdas atuariais não reconhecidas.....	-	-	-	-	-
Contribuições de participantes.....	-	-	-	-	-
Custo do serviço passado não reconhecido.....	620	318	281	1.219	1.217
Outros.....	-	-	-	-	-
Custo líquido no exercício.....	35.852	4.939	83.492	124.283	116.881
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais.....	959	304	1.282	2.545	2.545
Diretamente no resultado.....	15.197	4.635	26.757	46.589	46.150
Relativa aos inativos.....	19.696	-	55.453	75.149	68.186
Custo líquido no exercício.....	35.852	4.939	83.492	124.283	116.881

c) Ajustes de experiência dos planos

As variações entre os valores estimados e os efetivamente incorridos foram os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Ganhos/(perdas) dos planos de pensão				
Obrigação atuarial.....	68.700	40.423	68.422	40.580
Ativos de planos de pensão.....	46.593	50.440	46.555	50.436
Ganhos/(perdas) dos planos de saúde				
Obrigação atuarial.....	5.338	28.382	5.235	23.484

d) Variação nos custos com assistência médica

A variação de 1% nas premissas de custos médicos teria os seguintes impactos:

	Consolidado		Controladora	
	1% de acréscimo	1% de redução	1% de acréscimo	1% de redução
Obrigação atuarial.....	130.979	(107.000)	126.102	(102.687)
Custo do serviço e juros.....	15.915	(12.833)	15.248	(12.243)

e) Premissas atuariais adotadas no cálculo

Modalidade	2010		2009	
	1% de acréscimo	1% de redução	1% de acréscimo	1% de redução
Taxa de desconto	Inflação: 5,3% a 4,3% a.a.* + Juros: 5,91% a.a.**	Inflação: 4,5% a 4% a.a.* + Juros: 6,57% a.a.**	Inflação: 4,5% a 4% a.a.* + Juros: 6,57% a.a.**	Inflação: 4,5% a 4% a.a.* + Juros: 6,57% a.a.**
Taxa de crescimento salarial	Inflação: 5,3% a 4,3% a.a.* + 2,220% a.a.	Inflação: 4,5% a 4% a.a.* + 2,295% a.a.	Inflação: 4,5% a 4% a.a.* + 2,295% a.a.	Inflação: 4,5% a 4% a.a.* + 2,295% a.a.
Taxa de retorno esperada dos ativos de planos de pensão	Inflação: 5,3% a.a.* + Juros: 6,78% a.a.	Inflação: 4,5% a.a.* + Juros: 6,74% a.a.	Inflação: 4,5% a.a.* + Juros: 6,74% a.a.	Inflação: 4,5% a.a.* + Juros: 6,74% a.a.
Taxa de rotatividade dos planos de saúde	0,660% a.a.***	0,768% a.a.***	0,768% a.a.***	0,768% a.a.***
Taxa de rotatividade dos planos de pensão	Nula	Nula	Nula	Nula
Taxa de custos médicos hospitalares	7,89% a 4,3% a.a.	7,5% a 4% a.a.	7,5% a 4% a.a.	7,5% a 4% a.a.
Tábua de mortalidade	AT 2000, específica por sexo	AT 2000, específica por sexo	AT 2000, específica por sexo	AT 2000, específica por sexo
Tábua de invalidez	TASA 1927	TASA 1927	TASA 1927	TASA 1927
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49, específica por sexo	AT 49, específica por sexo	AT 49, específica por sexo	AT 49, específica por sexo

(*) Inflação linearmente decrescente nos próximos 5 anos quando se torna constante.

(**) A Companhia utiliza uma metodologia para apuração de uma taxa real equivalente a partir da curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo, considerando-se no cálculo desta taxa o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde.

(***) Rotatividade média que varia de acordo com a idade e tempo de serviço.

24. Participação dos empregados e administradores

A participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme disposto na legislação em vigor, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais.

Dessa forma, de acordo com o artigo 42 do Estatuto Social e com o Ofício SE/MME nº. 944/2010 e Ofício MP/DEST nº527/2010, em 31 de dezembro de 2010 a Companhia provisionou o valor de R\$103.000 (R\$87.482 em 2009) para a distribuição aos seus empregados, respeitados os limites estabelecidos pela Resolução nº 10/95, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE.

A participação dos administradores nos lucros ou resultados, incluída no montante acima apresentado, será objeto de deliberação pela Assembleia Geral Ordinária, na forma disposta pelo artigo 32 do Estatuto Social da Companhia e pelas normas federais específicas.

25. Patrimônio líquido

25.1. Capital social realizado

O capital social em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, totalmente subscrito e integralizado, está composto por 42.853.453.082 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal e inconversíveis.

25.2. Reserva de capital

Reserva constituída em exercícios anteriores a 2008 com aplicações em incentivos fiscais no Fundo de Investimento do Amazonas (FINAM) e no Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), originadas de destinações de parte do imposto de renda pago pela Companhia.

25.3. Reservas de lucros

a) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

b) Reserva estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 46 do Estatuto Social da Companhia.

c) Reserva de retenção de lucros

É destinada às aplicações previstas em orçamento de capital, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, álcool, infraestrutura de apoio, aportes de capital e financiamentos a clientes em consonância com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

O orçamento de capital do exercício de 2011, aprovado pelo Conselho de Administração, será encaminhado à aprovação da Assembleia Geral Ordinária e prevê aplicações de recursos no montante de R\$ 1.062.143.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 está sendo prevista uma retenção de lucros de R\$ 849.403.

25.4. Dividendos

Aos acionistas é garantido um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o Art.7º do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76. A proposta dos dividendos relativos ao exercício de 2010 será encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Segue-se o cálculo dos dividendos propostos:

	2010	2009
Lucro líquido do exercício.....	1.405.699	1.461.661
Apropriação		
Reserva legal.....	(70.285)	(73.083)
Lucro básico para determinação dos dividendos.....	1.335.414	1.388.578
Dividendos a pagar - Registrados no Passivo Circulante		
Equivalentes a 25% (25% em 2009) do lucro básico.....	333.854	347.144
Dividendos adicionais propostos - Registrados no Patrimônio Líquido		
Equivalentes a aproximadamente 9,5% do lucro básico (15% em 2009).....	126.392	208.665
Total.....	460.246	555.809

Os dividendos serão atualizados monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2010, até a data do pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

25.5 Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se às alterações líquidas acumuladas no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda até que os investimentos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável.

26. Processos judiciais e contingências

26.1. Processos judiciais provisionados

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia e suas controladas constituem provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado			Controladora		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Causas trabalhistas.....	82.131	68.831	59.039	69.756	63.555	54.728
Causas fiscais.....	45.515	51.041	45.031	6.933	12.585	10.228
Causas cíveis.....	70.438	62.532	61.130	65.953	60.711	59.713
Causas ambientais.....	1.377	387	80	1.285	300	2
Outras.....	1.463	576	222	-	-	-
Total.....	200.924	183.367	165.502	143.927	137.151	124.671
Circulante.....	30.170	13.620	19.597	29.363	13.105	19.597
Não circulante.....	170.754	169.747	145.905	114.564	124.046	105.074

	2010	
	Consolidado	Controladora
Saldo em 01 de janeiro de 2009.....	165.502	124.671
Adição.....	121.435	117.980
Reversão.....	(119.499)	(119.292)
Utilização.....	(3.495)	(3.495)
Transferências.....	1.030	-
Atualização de juros.....	10.726	9.618
Combinações de negócios.....	7.668	7.669
Saldo em 31 de dezembro de 2009.....	183.367	137.151
Adição.....	22.889	16.146
Reversão.....	1.314	1.355
Utilização.....	(24.688)	(24.688)
Transferências.....	3.006	-
Atualização de juros.....	15.036	13.963
Saldo em 31 de dezembro de 2010.....	200.924	143.927

26.2. Processos judiciais não provisionados

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em R\$1.925.913 em 31 de dezembro de 2010 (R\$1.691.759 em 31 de dezembro de 2009).

continuação



Ministério de Minas e Energia



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CONSOLIDADAS E DA CONTROLADORA) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto quando especificamente mencionado)

Apresentamos a situação atual dos principais processos legais com expectativa de perda possível:

PRINCIPAIS PROCESSOS JUDICIAIS NÃO PROVISIONADOS

Descrição	Natureza	Situação Atual	Exposição máxima para a Companhia em 31/12/10
Autor: Estado do Rio de Janeiro Ação de execução fiscal proposta pelo Estado do Rio de Janeiro em face da Companhia, sob alegação de não pagamento por parte desta de créditos relativos a ICMS.	Fiscal	A Companhia ofereceu combustível como garantia. Aguarda-se julgamento dos embargos de declaração.	95.328
Autor: Francisco Messias Cameli Ação cível perante a justiça do Estado Manaus-AM para cobrança de aluguel em razão de sobrestadia de embarcações na Base de Distribuição Secundária do Cruzeiro do Sul - BASUL.	Cível	Autos conclusos para sentença.	93.929
Autor: Forte Comércio, Importação, Exportação e Administração Ação cível perante a justiça do Estado de São Paulo, com pedido de rescisão de contratos e indenização por perdas e danos, sob alegação de a Companhia ter descumprido obrigação que teria assumido para o surgimento do Grupo Forte.	Cível	Processo aguardando admissibilidade de recurso especial da Companhia.	88.272
Autor: C A Soares da Costa Ação cível perante a justiça de Rondônia, pretendendo indenização por perdas e danos, sob a alegação de descumprimento de contrato de transporte pela Companhia.	Cível	A Turma negou provimento ao agravo regimental interposto pela Companhia. O processo retornou ao Tribunal de Justiça de Rondônia - TJRO para novo julgamento dos embargos de declaração opostos pela parte autora.	75.631
Autor: Estado de Goiás Ação de execução fiscal promovida pelo Estado de Goiás em face da Companhia para cobrança de supostos créditos tributários constituídos por meio de 9 autos de infração relativos a ICMS.	Fiscal	A Companhia interpôs embargos à execução e ofereceu carta de fiança como garantia.	64.436
Autor: Estado de Goiás Ação de execução fiscal promovida pelo Estado de Goiás em face da Companhia para cobrança de supostos créditos tributários constituídos por meio de 16 autos de infração.	Fiscal	A Companhia interpôs embargos à execução e ofereceu carta de fiança como garantia.	61.791
Autor: Fazenda Pública do Estado de Pernambuco Ação de execução fiscal perante a justiça do Estado de Pernambuco (Ipojuca), sob alegação de recolhimento de ICMS a menor.	Fiscal	A Companhia ofereceu carta de fiança bancária como garantia. Fase pericial nos embargos à execução interpostos pela Companhia.	54.854
Autor: Prefeitura de Vitória Ação de execução fiscal promovida pelo Município de Vitória em face da BR, para cobrança de suposto crédito a título de IVVC (Imposto sobre Venda a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos).	Fiscal	A Companhia ofereceu carta de fiança como garantia. Aguarda-se julgamento da apelação interposta pela Companhia.	54.505
Autor: Derivados de Petróleo Santa Izabel Ltda. Ação cível perante a justiça da Bahia, pretendendo a declaração de nulidade de títulos acumulado com pedido de indenização por supostos danos morais e materiais.	Cível	O recurso de apelação da Companhia foi recebido no efeito devolutivo e suspensivo, bem como foi determinada a intimação do autor. O autor apresentou contrarrazões e os autos estão conclusos.	52.629

27. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Pela natureza de seu negócio, a Companhia está exposta principalmente ao risco de crédito, sendo que parte desta exposição possui vínculo com algumas taxas de juros relativas a financiamentos de clientes, tendo ainda, em menor grau, exposição à taxa de câmbio decorrente de sua atividade exportadora.

Apresentamos as descrições dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial:

Notas	Consolidado			Controladora		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Ativos mensurados pelo valor justo						
Ativos financeiros disponíveis para venda.....	11	217.068	191.990	165.364	217.068	191.990
Contratos a termo de dólar (NDF)...	26	3.863	2.410	-	3.863	1.956
Caixa e bancos.....	6	352.414	265.842	171.266	338.419	250.494
		573.345	460.242	336.630	559.350	444.440
						325.502
Ativos mensurados pelo custo amortizado						
Investimentos mantidos até o vencimento.....	11	22.116	23.354	2.643	22.116	23.354
Empréstimos e recebíveis.....	7	5.404.332	5.068.282	4.182.413	5.168.416	4.845.443
Aplicações financeiras.....	6	466.968	602.055	1.273.810	302.498	474.381
		5.893.416	5.693.691	5.458.866	5.493.030	5.343.178
						5.267.817
Passivo mensurado pelo valor justo						
Contratos a termo de dólar (NDF)...	26	-	-	3.823	-	3.823
				3.823	-	3.823
Passivos mensurados pelo custo amortizado						
Financiamentos.....	16	34.752	26.605	-	-	-
Arrendamentos mercantis financeiros	17	181.686	185.118	83.663	181.529	183.814
Fornecedores.....	18	2.400.853	1.967.130	1.989.637	2.272.319	1.895.646
Outras operações com a Controladora.....	8.2	101.184	94.545	93.287	100.707	94.545
		2.718.475	2.273.398	2.166.587	2.554.552	1.740.005
						2.087.834

27.1. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

O principal risco da Companhia tem como principal fórum de discussão o Comitê de Crédito, que define os principais parâmetros e diretrizes para a política de concessão de crédito aos clientes. As análises de solicitações de crédito, de acordo com os patamares de valores, possuem trâmites específicos e exigências crescentes conforme o nível de exposição, sendo que alguns casos alçam à decisão de Diretoria Executiva.

Quanto à exposição ao câmbio, a Companhia possui uma política de gestão desse tipo de risco definida pela Diretoria Executiva, cujos responsáveis pelo seu gerenciamento conjunto são a área financeira e a área comercial, responsáveis pelo faturamento internacional.

27.2. Risco cambial

O risco cambial é um dos riscos financeiros a que a Companhia está exposta em função das vendas a clientes estrangeiros.

27.2.1. Gerenciamento de risco cambial

A Companhia contrata operações de *hedge* cambial para cobertura das margens comerciais inerentes às exportações para clientes estrangeiros. O objetivo da operação é a necessidade de garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento.

A Companhia se posiciona vendida em taxas futuras de câmbio através de NDFs (Contrato a termo de moeda sem entrega física) no mercado de balcão brasileiro. Para o segmento de aviação, que representou 100% das operações contratadas do período, o prazo de exposição é de até 3 meses, em média, e o *hedge* é contratado concomitantemente à definição do custo do querosene de aviação exportado, fixando e garantindo desta forma

a margem da comercialização. Em 2010 foram contratadas operações no valor de US\$ 342 milhões.

O volume de *hedge* contratado para o faturamento internacional entre janeiro e dezembro de 2010 representou 52,74% de todo o volume exportado pela Companhia no mesmo período.

As liquidações de todas as operações vencidas entre 1º de janeiro e 30 de dezembro de 2010 geraram um resultado positivo para a Companhia de R\$ 10.073.

Cabe destacar que a Companhia não utilizou nenhum outro instrumento derivativo nas operações de *hedge* cambial além do NDF conforme definido no artigo 2º. da Deliberação CVM nº 550.

Nenhuma das operações em questão exigiu o depósito de margens de garantia.

A Ipiranga Asfaltos também contratou NDFs na posição vendida em dólares para garantir receitas em reais de clientes estrangeiros com cartas de crédito. Entre janeiro e dezembro de 2010 foram contratadas operações no total de US\$ 2,537 milhões. No mesmo período, as liquidações ocorridas geraram um resultado positivo de R\$ 527.

Instrumentos financeiros derivativos de moeda estrangeira

Contratos a termo de dólar (NDF)	Consolidado			
	Valor de referência (nacional)		Valor justo (R\$ Mil)	
	2010	2009	2010	2009
Posição Vendida.....	61.368	75.897	3.863	2.410
				2011
				2010
				10.600

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2010, os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

Derivativos de Moeda Estrangeira	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
		Em 31/12/2010	(Δ de 25%)	(Δ de 50%)
Contratos a termo de dólar (NDF)	Valorização do Dólar frente ao Real	3.863	(21.711)	(47.285)

27.3. Risco de crédito

A exposição ao risco de crédito na Companhia surge a partir do fornecimento de produtos a prazo quando se faz necessária a concessão de um limite de crédito.

27.3.1. Gerenciamento de risco de crédito

A Política de Crédito da Companhia define esferas de aprovação de crédito para cada cliente considerando o valor solicitado e estabelece prazos de vigência de limite de crédito de forma a permitir reavaliação periódica da situação de cada cliente com relação ao risco de crédito que este cliente pode representar.

Na análise de crédito é avaliado o comportamento de pagamento, bem como as restrições de mercado.

A Companhia utiliza-se da tabela de limite de competência, aprovada pela Administração, para concessão de crédito.

A carteira de crédito da Companhia somava R\$9.119.002 em 31 de dezembro de 2010. Como critérios de crédito previstos na Política de Crédito encontram-se garantias reais (hipoteca), garantias pessoais (fiança), análise de balanço e conceito comercial.

27.4. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos preponderantemente em seus gastos operacionais. Geralmente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, havendo, em menor grau, eventuais operações financeiras para financiamento de projetos.

27.4.1. Gerenciamento de risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Área Financeira da Companhia. Trabalha-se com um fluxo anual, o qual é monitorado através de revisões de projeção mensais, discutidas em Fóruns e Comitês Executivos representativos.

O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia, atentando sempre para a manutenção de um saldo de caixa mínimo capaz de fazer frente às oscilações do fluxo diário.

Todo o excesso de caixa é aplicado em quotas de fundo exclusivo, com incidência de juros.

Em paralelo, mantém-se sempre espaço para estruturas financeiras que possam melhorar a estrutura e o custo do capital, além de reforçar o caixa em situações específicas, sempre atendendo às regulamentações existentes.

27.5. Risco de taxa de juros

O passivo da Companhia está associado principalmente às taxas de IGP-M e IPCA, que são relativas a Certificados de Recebíveis Imobiliários. Os ativos se caracterizam, em sua maior parte, pelos financiamentos a clientes que na sua maioria estão atrelados à taxa de IGP-M. Em termos líquidos, considerando que os ativos suplantam de forma considerável os passivos, o risco maior da Companhia está fortemente associado a um cenário decrescente para a taxa de IGP-M.

27.5.1. Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Companhia atualmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros.

27.6. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros da Companhia registrados a valor justo em base recorrente, em 31 de dezembro de 2010, está demonstrada a seguir:

Ativos	Consolidado			
	Valor justo medido com base em		Técnica de valoração segura	
	Preços cotados em mercado ativo (Nível 1)	Técnica de valoração suportada por preços observáveis (Nível 2)	Técnica de valoração sem o uso de preços observáveis (Nível 3)	Total
Títulos e valores mobiliários....	217.068	-	-	217.068
Derivativos de moeda estrangeira.....	-	3.863	-	3.863
Total dos ativos.....	217.068	3.863	-	220.931

27.7. Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital visando a confiança do investidor, credor, mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital empregado e o nível de dividendos para acionistas.

28. Seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos.

As instalações, equipamentos e produtos da Controladora dispõem de cobertura contra incêndio, cuja importância segurada em 31 de dezembro de 2010 totalizava R\$3.085.159 (R\$2.752.268 em 2009). Há cobertura total para as transferências de produtos realizadas entre os estabelecimentos da Companhia, vendas e de produtos adquiridos de fontes produtoras, cujo transporte é de responsabilidade da Companhia. No consolidado a importância segurada totalizava, em 31 de dezembro de 2010, R\$3.979.928 (R\$3.685.440 em 2009).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Ativo	Tipo de cobertura	2010	
		Importância segurada Consolidado	Controladora
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio e riscos	3.453.406	3.085.159
Responsabilidade civil geral	Operações, produtos, poluição ambiental, etc.	426.550	-
Outros		99.972	-
Total		3.979.928	3.085.159

29. Evento subsequente

Em 15 de fevereiro de 2011, a Companhia captou R\$187.000 junto ao Banco da Amazônia, para financiar suas necessidades de capital de giro. O pagamento do principal mais encargos financeiros dar-se-á em uma única parcela no dia 10 de fevereiro de 2012, após prazo de carência de 360 dias. A atualização da linha de crédito será efetuada a uma taxa anual de 7,5% + TR.

continuação



Ministério de
Minas e Energia



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

COMPONENTES DA DIRETORIA EXECUTIVA E DA ÁREA DE CONTABILIDADE E CONTROLE DIRETORIA EXECUTIVA

JOSÉ LIMA DE ANDRADE NETO
Presidente

JOSÉ ZONIS
Diretor de Operações e Logística

ANDURTE DE BARROS DUARTE FILHO
Diretor de Mercado Consumidor

LUIZ CLAUDIO CASEIRA SANCHES
Diretor da Rede de Postos e Serviços

NESTOR CUÑAT CERVERO
Diretor Financeiro

ÁREA DE CONTABILIDADE E CONTROLE

LUIZ CLAUDIO SACRAMENTO BISPO
Contador - CRC - RJ - 077.292/O-2

COMPONENTES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GUIDO MANTEGA
Presidente

SILAS RONDEAU CAVALCANTE SILVA
Conselheiro

JORGE GERDAU JOHANNPETER
Conselheiro

SÉRGIO FRANKLIN QUINTELLA
Conselheiro

LUCIANO GALVÃO COUTINHO
Conselheiro

FÁBIO COLLETTI BARBOSA
Conselheiro

MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMAN
Conselheiro

FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE
Conselheiro

JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Petrobras Distribuidora S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Petrobras Distribuidora S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº. 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Petrobras Distribuidora S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controladas, controladas em conjunto e coligada pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Vânia Andrade de Souza
Contadora CRC RJ-057497/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório de Administração; as Demonstrações Contábeis, compreendendo: o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, os Resultados Abrangentes, as Mutações do Patrimônio Líquido, os Fluxos de Caixa, os Valores Adicionados, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes; a Proposição à Assembléia Geral Ordinária relativa à Destinação do Resultado do Exercício de 2010 e a Proposição à Assembléia Geral Ordinária referente ao Orçamento de Capital para o Exercício de 2011.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer da KPMG Auditores Independentes de 25 de fevereiro de 2011, apresentado sem ressalva, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina no sentido de que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2011

MARCIO BRANCO DE OLIVEIRA
Presidente

JOÃO JOSÉ DE NORA SOUTO
Conselheiro

MARIÂNGELA MONTEIRO TIZATTO
Conselheira

PEDRO ROMANO JÚNIOR
Conselheiro

NERYLSON LIMA DA SILVA
Conselheiro Suplente